

# **Prospecto da Distribuição Pública da Primeira Série de Quotas Seniores do**

## **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

CNPJ/MF nº 08.277.528/0001-14

**Classificação de Risco das Quotas Seniores – LF Rating  
A-**

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS (A “OFERTA”),  
TOTALIZANDO ATÉ:

# **R\$ 30.000.000,00**

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos de crédito decorrentes de aquisições, pela Múltiplo Fomento Mercantil Ltda., de títulos de crédito oriundos de operações performadas dos segmentos mercantil, industrial e de prestação de serviços, realizadas por empresas do Grupo Multi e outras empresas dos segmentos mercantil, industrial, e de prestação de serviços.

Serão objeto de distribuição pública pelo Administrador, no mínimo, 40 Quotas Seniores, e, no máximo, 120 Quotas Seniores, nesta primeira série, em mercado de balcão não organizado, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 250.000,00, perfazendo o valor total de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 e, no máximo, R\$ 30.000.000,00.

O Fundo foi constituído em 28 de agosto de 2006 e seu regulamento (o “Regulamento”) e respectivo ato de constituição foram registrados no 3º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 2006, sob o nº 846776, tendo suas alterações sido registradas em 25 de janeiro de 2007 e em 7 de maio de 2007, sob os nºs 859818 e 868547, respectivamente. A Oferta foi registrada junto à CVM, pelo regime de registro automático, em 7 de fevereiro de 2007, sob o nº CVM/SRE/RFD/2007/008, nos termos da Instrução CVM 356. O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, conforme descrito na seção “FATORES DE RISCO”, nas páginas 53 a 60 deste Prospecto.** Ainda que a Administradora mantenha um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas no Fundo ou para o Investidor. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “*hedge*”, conforme o Artigo 7º do Regulamento do Fundo prevê. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no Fundo, ao investidor é recomendado a leitura cuidadosa deste Prospecto e do Regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da Carteira do Fundo, e das disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos Fatores de Risco.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas Seniores da Primeira Série a serem distribuídas.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

O Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da quota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor do Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

Somente Investidores Qualificados, conforme definido pelo Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, podem adquirir Quotas do Fundo.

Os investidores devem ler com atenção a seção "Fatores de Risco", nas páginas 53 a 60 deste Prospecto.



Prospecto de acordo com o  
código de auto-regulação  
da ANBID para a indústria  
de fundos de investimento

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria dos fundos de investimento. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a validade do Fundo, da Administradora e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo".



**CEDENTE**



**ADMINISTRADORA**



**GESTORA**



**CUSTODIANTE**



**AGÊNCIA  
CLASSIFICADORA DE  
RISCO**



**AUDITORES  
INDEPENDENTES**



**ASSESSORES LEGAIS**

A data deste Prospecto é 07 de maio de 2007.

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES .....</b>	<b>6</b>
<b>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....</b>	<b>11</b>
MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA OFERTA E REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO .....	14
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO .....	15
<b>DECLARAÇÃO DO FUNDO E DA ADMINISTRADORA .....</b>	<b>16</b>
<b>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO .....</b>	<b>17</b>
O FUNDO .....	17
BASE LEGAL .....	17
PÚBLICO ALVO .....	17
APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....	18
OBJETIVO DE INVESTIMENTO .....	18
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....	18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	19
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS .....	20
ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS .....	29
ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA .....	31
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS .....	32
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	32
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS .....	32
DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO .....	33
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO .....	33
IOF .....	34
IMPOSTO DE RENDA .....	34
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – CPMF .....	35
ADMINISTRAÇÃO .....	36
GESTOR .....	37
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO .....	38
AGENTE DE COBRANÇA .....	39
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	39
AUDITORIA .....	40
A CEDENTE .....	41
ORIGINADORES .....	42
INFORMAÇÕES SELECIONADAS SOBRE OS SACADOS .....	44
<b>ESTRUTURA DA OPERAÇÃO .....</b>	<b>46</b>
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO .....	46
DIREITOS DE CRÉDITO .....	47
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	47
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	47
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	47
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	48
PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	49
RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	49
POLÍTICA DE COBRANÇA .....	50
GARANTIAS .....	51
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS .....	52
CONFLITO DE INTERESSES .....	52

<b>FATORES DE RISCO.....</b>	<b>53</b>
RISCOS DE MERCADO.....	53
RISCOS DE CRÉDITO.....	54
RISCOS DE LIQUIDEZ.....	55
RISCOS OPERACIONAIS .....	56
OUTROS RISCOS .....	57

## **ANEXOS**

---

<b>Anexo</b>	<b>Documento</b>	<b>Página</b>
Anexo I	Regulamento do Fundo	62
Anexo II	Suplemento ao Regulamento	110
Anexo III	Súmula de Classificação de Risco	112
Anexo IV	Declaração da Administradora	136

## DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), que não estejam definidos neste Prospecto, tem os significados a eles atribuídos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

<u>Administradora:</u>	é a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimento Ltda.;
<u>Agente Escrirador:</u>	é o Banco Bradesco S.A.;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembléia Geral:</u>	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BOVESPAFIX:</u>	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
<u>CCF:</u>	é o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, mantido pelo BACEN;
<u>Cedente:</u>	é a Múltiplo Fomento Mercantil Ltda., com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, n.º 585, 7º andar, cjs. 77 e 78, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.825.115/0001-64;
<u>CETIP:</u>	é a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>CMN:</u>	é o Conselho Monetário Nacional;
<u>Conta do Fundo:</u>	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de

	Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e a Cedente, e seus respectivos Termos de Cessão;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, e a Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o contrato firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>COSIF:</u>	é o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, instituído com a edição, pelo BACEN, da Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987;
<u>CrITÉrios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 12 do Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Bradesco S.A.;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data da Primeira Subscrição de Quotas:</u>	é a data da primeira subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série;

<u>Dias Úteis:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Direitos de Crédito de titularidade da Cedente, oriundo de operações celebradas entre os Originadores e os Sacados, observado o disposto no Artigo 4º do Regulamento e demais condições nele previstas;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 do Regulamento;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 24 do Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 do Regulamento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG Auditores Independentes S/C;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 do Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 49 do Regulamento;
<u>FGC:</u>	é o Fundo Garantidor de Créditos;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
<u>Gestor:</u>	é a Mercatto Gestão de Recursos Ltda.;
<u>Grupo Multi:</u>	grupo econômico integrado pela Cedente e pelos Originadores Cibahia Tabacos Especiais Ltda., Menendez Amerino & Cia. Ltda. e Steviafarma



	Industrial S.A.;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM 393, datada de 22 de julho de 2003;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com o Regulamento;
<u>Originadores:</u>	são empresas do Grupo Multi, juntamente com a Alfredo Fantini Indústria e Comércio Ltda., as quais, preponderantemente, darão origem aos Direitos de Crédito por meio de suas atividades empresariais;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XX do Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal Monitor Mercantil;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas subordinadas, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 50 do Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;

<u>Reserva de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 42 do Regulamento;
<u>Sacados:</u>	são os devedores dos Direitos de Crédito, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 2º do Regulamento;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29, Parágrafo 1º do Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Regulamento
<u>Taxa DI:</u>	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do Regulamento;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da Primeira Subscrição de Quotas.

## CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

*Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção "FATORES DE RISCO", bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.*

<b>Emissor:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multi Recebíveis Comerciais, de Serviços e Industriais, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
<b>Direitos de Crédito:</b>	Direitos de Crédito oriundos de operações dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, e enquadrados nos critérios de elegibilidade descritos no Regulamento, que vierem a ser cedidos ao Fundo. Tais Direitos de Crédito são constituídos e performados, e independem de evento futuro para sua existência, liquidação e cobrança. Decorridos 90 dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito. Durante o 1º ano a partir da Data da Primeira Integralização de Quotas, o Fundo deverá ter alocado no mínimo 80% do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, sendo que, após o 1º ano e até o final do 2º ano, contado da Data da Primeira Integralização de Quotas, tal alocação mínima de Direitos de Crédito será de 70% do Patrimônio Líquido, e, a partir do 3º ano contado da Data da Primeira Integralização de Quotas, a alocação mínima em Direitos de Crédito será de 60% do Patrimônio Líquido.
<b>Quantidade de Quotas Seniores:</b>	De 40 a 120 Quotas Seniores.
<b>Montante da Oferta:</b>	De R\$ 10.000.000,00 a R\$ 30.000.000,00.
<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores:</b>	R\$ 250.000,00.
<b>Valor Mínimo de Investimento:</b>	R\$ 250.000,00
<b>Data de Emissão:</b>	16 de março de 2007.
<b>Período de Carência:</b>	12 meses.

<b>Datas de Amortização das Quotas Seniores:</b>	36 amortizações mensais e subseqüentes, a partir do décimo terceiro mês, correspondendo cada amortização à $1/x$ do Patrimônio Líquido, onde $x$ é o número de meses remanescentes até o resgate integral da série.
<b>Data de Resgate das Quotas Seniores:</b>	48 meses após a primeira subscrição de Quotas Seniores da respectiva série.
<b>Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores:</b>	Até 115% do CDI.
<b>Classificação de Risco das Quotas Seniores:</b>	A- (LF Ratings).
<b>Prazo de Distribuição das Quotas Seniores:</b>	Em até 180 dias, contados da data do registro da Oferta na CVM.
<b>Procedimento de Distribuição das Quotas:</b>	A Administradora realizará a distribuição pública das Quotas Seniores em mercado de balcão não organizado. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Os pedidos serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade de quotas seniores para subscrição.
<b>Negociação:</b>	As Quotas Seniores serão registradas para negociação no BOVESPAFIX e CETIP, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas Seniores de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente à Administradora assegurar que os adquirentes das Quotas Seniores sejam Investidores Qualificados.
<b>Forma de Subscrição e Integralização:</b>	No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início da respectiva distribuição de Quotas Seniores, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.
<b>Aplicação dos Recursos pelo Fundo:</b>	Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito

e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

**Público Alvo:** Investidores Qualificados.

**Custos de Distribuição** A tabela abaixo demonstra o custo da distribuição das Quotas Seniores:

<b>Custo Total da Distribuição das Quotas Seniores</b>	<b>Valor (R\$ ou %)</b>
Valor da Emissão das Quotas Seniores	30.000.000,00 (1)
Custos da Distribuição	1.217.870,00 (2)
Comissão de Estruturação	357.000,00
Comissão de Colocação	600.000,00
Outros custos relacionados <sup>1</sup>	178.000,00
Despesas decorrentes do registro	82.870,00
Valor Nominal Unitário	250.000,00
Porcentagem em relação ao preço unitário	4,06 (2)/(1)
<b>Custo da Distribuição por Quota Sênior</b>	<b>10.148,92</b>

1. Em outros custos relacionados estão incluídos os custos incorridos com assessoria legal, no valor de R\$80.000,00, contratação da Empresa de Auditoria, no valor de R\$68.000,00 e Agência de Classificação de Risco, no valor de R\$30.000,00.

Os custos de distribuição serão responsabilidade de Múltiplo Fomento Mercantil Ltda..

**Cronograma da Oferta** O montante mínimo de colocação é de R\$10.000.000,00, podendo ser colocadas quotas no montante de até R\$30.000.000,00

As Quotas deverão ser colocadas durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores.

Caso não seja colocado o montante mínimo de R\$10.000.000,00, neste prazo ou prorrogado o prazo de colocação, mediante autorização expressa da CVM, a Administradora deverá cancelar a Oferta e providenciar a liquidação do Fundo. O montante excedente aos R\$10.000.000,00 não colocado deverá ser cancelado.

Após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a colocação das Quotas Seniores, a Administradora poderá solicitar a CVM a prorrogação, por igual período, para continuidade da Oferta.

Após o término do prazo de colocação, a emissão de Novas Quotas dependerá de prévio registro perante a CVM.

**Maiores Informações:**

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, dos demonstrativos financeiros, dos relatórios da administração e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora ou do Coordenador da Oferta, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução nos seguintes locais:

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. Presidente Wilson, nº 231 – 11º andar  
Rio de Janeiro – RJ  
[www.mellonbrasil.com.br](http://www.mellonbrasil.com.br)

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM**

Rua Sete de Setembro, nº 111  
Rio de Janeiro, RJ  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora e da CVM.

**MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA OFERTA E REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO**

Se, nas hipóteses previstas na Instrução CVM 400/2003, a Administradora pretender efetuar modificações ou revogar a distribuição das Quotas do Fundo, tal pleito será obrigatoriamente apresentado à CVM.

Na hipótese de modificação, desde que a mesma tenha sido aprovada pela CVM, a Administradora (i) divulgará os aspectos do Fundo modificados, pelos mesmos meios utilizados para divulgar o Anúncio de Início desta distribuição e (ii) notificará por escrito todos aqueles que já tenham subscrito Quotas do Fundo para que estes confirmem, no prazo de 5 Dias Úteis contados do recebimento da notificação, a manutenção do interesse em subscrever Quotas do Fundo, valendo o silêncio como confirmação.

Eventuais investidores que subscrevam Quotas do Fundo apenas após a referida modificação firmarão, em adição ao Boletim de Subscrição e ao termo de ciência e adesão ao Regulamento, um termo de aceitação das modificações aprovadas pela CVM, o qual ressaltará os artigos do Regulamento eventualmente modificados.

Em caso de revogação da distribuição, os valores eventualmente já integralizados pelos subscritores serão devolvidos aos mesmos, acrescidos de eventuais rendimentos auferidos, líquidos de despesas e tributos, no prazo máximo de 3 Dias Úteis a contar da aceitação da revogação por parte da CVM.

Não será admitida a revogação de aceitação por parte dos subscritores, salvo nos casos previstos nos parágrafos únicos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400/2003, isto é, respectivamente, no caso de suspensão da distribuição ou de discordância quanto às mudanças, eventualmente submetidas à CVM e aprovadas por tal autarquia, nas condições da oferta.

#### **REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO**

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$ 250.000,00. Além disso, somente Investidores Qualificados poderão adquirir Quotas do Fundo.

As Quotas Seniores da Primeira Série serão admitidas à negociação no mercado secundário junto à CETIP e ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas.

Caberá ao intermediário das operações no mercado secundário comprovar a qualidade de investidor qualificado do adquirente das Quotas Seniores.

A Data de Subscrição Inicial será determinada pelo Coordenador da Oferta, observado o prazo máximo de 180 dias, a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º, incisos I a VIII, da Instrução CVM 356.

Caso a totalidade das Quotas de cada emissão não seja subscrita no prazo acima mencionado, até o dia imediatamente anterior ao do seu término o saldo não colocado será cancelado, exceto se o prazo de distribuição for prorrogado, mediante solicitação à CVM.

As Quotas serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito aberta em nome de cada Quotista pelo Banco Bradesco S.A., na qualidade de agente escriturador das Quotas.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do Regulamento.

A aplicação, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

## **DECLARAÇÃO DO FUNDO E DA ADMINISTRADORA**

A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora e em nome do emissor, por meio de seu diretor, Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº400/03: (a) que este Prospecto (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercados durante a distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de responsável pela distribuição, por meio de seu diretor estatutário, Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400/03 e com base nas informações que lhe foram fornecidas: (a) que este Prospecto: (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo, de suas atividades, situação econômico-financeira, e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo no Prospecto sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.



## **CARACTERÍSTICAS DO FUNDO**

*As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.*

*Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento.*

### **O FUNDO**

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, por deliberação especial da Assembleia Geral de Quotistas, ou em virtude de sua liquidação antecipada. O prazo de duração do Fundo será de 60 meses. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto no Capítulo XXI do Regulamento.

O Regulamento do Fundo está registrado no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 2006, sob o nº 846776.

O Fundo caracteriza-se por ser “multi-originador”, ou seja, é um Fundo habilitado a adquirir Direitos de Crédito de diferentes empresas, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados preponderantemente dos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços e sejam cedidos pela Cedente. Tem como objetivo identificar Direitos de Créditos disponíveis no mercado, selecionando para sua carteira aqueles com menor risco de crédito e maior rentabilidade.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo representarão, no mínimo, 50% do Patrimônio Líquido do Fundo. O percentual remanescente do Patrimônio Líquido é investido em títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central, e outros investimentos de renda fixa de baixo risco, conforme a seção “*Política de Investimento e Composição da Carteira*” deste Prospecto.

Todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo não contam com coobrigação da Cedente, independente da qualidade do Devedor dos Direitos de Crédito (sacado).

### **BASE LEGAL**

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN nº 2.907 e a Instrução CVM 356.

### **PÚBLICO ALVO**

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme a legislação da CVM em vigor.

## **APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

O objetivo da presente captação é assegurar que o crescimento do Fundo ocorra sem aumento de risco da carteira. A integralização das Quotas Seniores deverá ser gradativa, na medida em que a Empresa de Consultoria Especializada selecione Direitos de Crédito com risco de crédito adequado para aplicação dos recursos ora captados, de acordo com os Critérios de Elegibilidade e desde que os Direitos de Crédito estejam comercialmente qualificados para aquisição pelo Fundo.

## **OBJETIVO DE INVESTIMENTO**

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros.

Cada série de Quotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à meta de rendimento do valor das Quotas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores. A rentabilidade alvo na Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo para as Quotas Seniores desta série é de 115% do CDI.

## **POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto no Capítulo IV do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis (em especial o previsto no Artigo 40, §9º, I da Instrução CVM 356).

Decorridos 90 dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito. Durante o 1º ano a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas, o Fundo deverá ter alocado no mínimo 80% do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, sendo que, após o 1º ano e até o final do 2º ano, contado da Data da Primeira Integralização de Quotas, tal alocação mínima de Direitos de Crédito será de 70% do Patrimônio Líquido, e, a partir do 3º ano contado da Data da Primeira Integralização de Quotas, a alocação mínima em Direitos de Crédito será de 60% do Patrimônio Líquido, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nos ativos autorizados pelo Artigo 6º do Regulamento.

O Fundo deverá respeitar os seguintes limites de distribuição e concentração da carteira de Direitos de Crédito: (a) até 35% do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser alocado em Direitos de Crédito devidos pelos 5 maiores Sacados dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, considerados em conjunto; e (b) pelo menos 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser alocado em Direitos de Crédito devidos por um único Sacado; entendendo-se por "Grupo

Econômico" o grupo de empresas composto por empresas controladoras, controladas, coligadas e sob controle comum da Cedente, de acordo com o Artigo 243 da Lei 6.404/76. A Cedente manterá o Custodiante informado acerca dos "Grupos Econômicos" que sejam coobrigados ou sacados dos Direitos de Crédito, atualizando as informações prestadas, sempre que necessário.

O Custodiante verificará e informará a Administradora, no último Dia Útil de cada mês-calendário, o prazo médio remanescente de vencimento dos Direitos Creditórios que compõem a Carteira do Fundo, considerando-se a média ponderada pelos respectivos valores financeiros, dos prazos remanescentes até o vencimento de cada um dos Direitos Creditórios que compõem a Carteira do Fundo (o "Prazo Médio Ponderado"). Caso o Prazo Médio Ponderado seja superior a 70 dias, por 3 apurações consecutivas, o Custodiante informará a Administradora, que deverá observar os procedimentos de Evento de Avaliação, conforme o disposto no Artigo 50 e seguintes do Regulamento.

O Fundo poderá realizar investimentos com a parcela do Patrimônio Líquido não alocada em Direitos de Crédito nos seguintes Ativos Financeiros: (a) moeda corrente nacional; (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, desde que pós-fixados, indexados à Taxa SELIC, por origem ou sinteticamente; e (c) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens "a" e "b".

O Fundo poderá ainda realizar operações em mercado de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Com relação aos Ativos Financeiros serão observados os seguintes limites: (a) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física, não pode exceder 10% do Patrimônio Líquido; e (b) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 20% do Patrimônio Líquido.

O Fundo não poderá realizar operações nas quais a Administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte.

As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) do Gestor; (iii) da Cedente; (iv) das Originadoras; (v) do Custodiante; (vi) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vii) do FGC.

## **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVII do Regulamento, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XX do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente, dos Devedores e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

## **CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS**

### ***Forma e Espécie***

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma de Quotas Subordinadas.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento; (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de Emissão; (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 36 do Regulamento; e (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 voto, de acordo com os quoruns de deliberação descritos no Capítulo XXI do Regulamento.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento; (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito; (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 10.000,00 na Data da Primeira Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item "d" a seguir; (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 do Regulamento; (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 voto, de acordo com os quoruns de deliberação descritos no Capítulo XXI do Regulamento; e (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

### **Emissão de Quotas Seniores**

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em circulação;
- o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;
- a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme determinado pela Instrução CVM 356; e
- a Razão de Garantia seja mantida, considerando-se a composição do Patrimônio Líquido *pro forma*, após a emissão das Quotas Seniores.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas Seniores, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas Seniores, calculado conforme o estabelecido neste Artigo, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para cada série de Quotas Seniores.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados decorrentes dos rendimentos às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas, de acordo com o disposto no Artigo 37 do Regulamento.

### **Emissão de Quotas Subordinadas**

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas a serem subscritas privadamente pela Cedente em uma ou mais ocasiões, conforme os termos do Regulamento, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 10.000,00 na Data da Primeira Integralização de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item "d" abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 do Regulamento;
- (e) direito de veto com relação às matérias descritas no Parágrafo 1º do Artigo 59 do Regulamento, observadas as regras do Capítulo XXI do Regulamento; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

### **Prazo de Distribuição**

As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas no prazo máximo de 180 dias corridos, contados da data do registro da distribuição na CVM.

## **Emissão, Integralização e Valor das Quotas**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 36 e 37 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

A partir da Data da Primeira Subscrição de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; ou (b) o valor unitário da Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para cada série de Quotas Seniores, no respectivo Suplemento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos neste Artigo, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores durante o período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Gestor, do Fundo, da Cedente ou do Custodiante.

A partir da Data da Primeira Subscrição de Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas deverão ter seu valor calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

## **Amortização e Resgate Antecipados**

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado ocorrendo qualquer Evento de Liquidação, conforme previsto no Regulamento.

## **Amortização e Resgate de Quotas**

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores ou Quotas Subordinadas, de acordo com as condições estabelecidas no Regulamento ou no respectivo Suplemento. A amortização ou resgate de Quotas Subordinadas deverão se subordinar à manutenção da Razão de Garantia, e à atribuição de rendimento, amortização ou resgate das Quotas Seniores, na forma prevista no Regulamento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 44 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral, respeitado o quorum de deliberação previsto no Capítulo XXI do Regulamento.

As quotas, independente da classe, terão seu valor calculado todo Dia Útil, na forma do Regulamento do Fundo. A valorização terá início no primeiro Dia Útil seguinte à primeira subscrição de Quotas Seniores da respectiva série, e a última, na data de liquidação do Fundo.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo permita:

- (i) Após o pagamento e provisionamento das despesas e Encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Quota Sênior a Meta de Rentabilidade Prioritária prevista no Suplemento da respectiva série, relativa ao Dia Útil imediatamente anterior, incidente sobre o valor anterior, ou seu saldo não amortizado para as Quotas Seniores;
- (ii) Caso a valorização das Quotas Seniores de cada série não seja equivalente à meta de remuneração prioritária da respectiva série, os recursos deverão ser retirados do patrimônio das Quotas Subordinadas; e
- (iii) Após a distribuição dos rendimentos para as Quotas Seniores acima descrita, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

A última Amortização Programada de cada série de Quotas Seniores, será realizada através do resgate integral das quotas na Data de Resgate da respectiva Série, conforme determinado em seu Suplemento.

Os titulares das Quotas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

*O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma prioridade na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as quotas de diferentes classes. Portanto os quotistas somente receberão os rendimentos se os resultados e o patrimônio do Fundo assim o permitirem.*

### **Pagamento aos Quotistas**

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 44 do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, a título de amortização ou resgate, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Suplementos do Regulamento referentes a cada Série de Quotas Seniores, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 49 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Capítulo XII do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escrirador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 52 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora, conforme orientação do Gestor, deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores, alocando os percentuais descritos abaixo em ativos de liquidez diária, de acordo com a Política de Investimento. Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma abaixo. A tabela mostra os valores que deverão compor a Reserva de Liquidez (em percentual sobre o valor das amortizações e resgates) e o número de dias respectivos antes das datas de amortização e resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
60	50%
30	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos para provisão de Reserva de Liquidez, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao cronograma da tabela acima.

Quando da execução dos procedimentos para provisão de Reserva de Liquidez, o Gestor deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez exclusivamente em ativos com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Caso os montantes disponíveis na Reserva de Liquidez deixem de atender ao disposto acima, a Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Liquidez.

### **Negociação das Quotas**

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no BOVESPAFIX e CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.



## **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor, utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras do COSIF e outras regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável. O Fundo terá escrituração contábil própria.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do fundo e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com o disposto no Contrato de Custódia, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 90 dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então (i) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso e (ii) reabilitar ou outorgar poderes à Cedente para que providencie a reabilitação do Sacado inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

## **Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação**

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle da Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão

ou reorganização societária que envolva a Cedente;

- (b) caso a Cedente sofra processo de renegociação de dívidas, ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra insolvência bem a Cedente pleitear pedido de auto-falência;
- (c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Cedente;
- (d) descumprimento pela Cedente ou pelos Originadores de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 Dias Úteis contado do recebimento, pela Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora, informando-os da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora ou do Gestor, comprometer a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (e) ocorrência de uma das hipóteses de avaliação ou rescisão contratual, conforme estabelecidas no Contrato de Cessão;
- (f) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (g) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em circulação em dois níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (h) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 horas contado do recebimento da referida notificação;
- (i) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade, que acarrete redução dos Direitos de Crédito para níveis inferiores a 60% do Patrimônio Líquido, por período superior a 30 dias corridos;
- (j) inobservância dos limites máximos de concentração por Sacado, que não seja sanada dentro de 5 Dias Úteis;
- (k) não constituição da Reserva de Liquidez nos termos do Regulamento;
- (l) ocorrência de qualquer evento que, no entendimento da Administradora ou do Gestor, gere risco potencial aos Quotistas Seniores;
- (m) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça

no prazo de 5 Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- (n) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento;
- (o) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 90 dias corridos, representar, a qualquer momento, 5% ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (p) caso o somatório dos pagamentos dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, feitos pelos Sacados, diretamente à Cedente, seja superior a 3% da totalidade de Direitos de Crédito que tenham vencimento nos 30 dias imediatamente anteriores;
- (q) renúncia da Administradora;
- (r) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (s) descumprimento, pelo Fundo, dos limites de alocação mínima do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, conforme estipulado no Artigo 5º do Regulamento;
- (t) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos no Regulamento para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 Dias Úteis consecutivos ou a 15 Dias Úteis alternados, durante um período de 180 dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento;
- (u) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores; e
- (v) caso não seja observado o Prazo Médio Ponderado, conforme determinado no Parágrafo 4º do Artigo 8 do Regulamento, em 3 apurações mensais consecutivas.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação previsto no Artigo 50 do Regulamento, será convocada Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, observadas as demais condições previstas no Regulamento.

São considerados Eventos de Liquidação antecipada do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Cedente, seu controlador, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas ou coligadas, ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em regime de administração especial, ou sofrer processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou falimentar, ou

perca sua condição de empresa de fomento mercantil;

- (b) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pela Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que representem a todo momento, a partir do 90º dia, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução CVM 356 e alterações posteriores, no mínimo 50% do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) se ocorrer, por 2 vezes consecutivas, a falta de consenso entre os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, para definir um novo índice ou parâmetro estabelecido no Regulamento para o cálculo do valor das Quotas Seniores;
- (d) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- (e) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato;
- (f) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, ou de quaisquer prestadores de serviços ao Fundo;
- (g) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas no Regulamento; e
- (h) verificação, por parte da Administradora ou do Gestor, da inviabilidade de continuidade do Fundo;

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, (i) interrompendo imediatamente a aquisição de Direitos de Crédito, (ii) interrompendo qualquer procedimento de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas, e (iii) convocando imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento.

Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Os Quotistas dissidentes poderão aprovar, em assembléia especial de Quotistas dissidentes, o resgate de suas Quotas em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembléia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os Ativos Financeiros do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVI, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor. Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso após 2 meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio, devendo a Administradora, em conjunto com a Gestora, preparar e encaminhar à CVM todas as informações e documentos necessários ao cancelamento do registro do Fundo.

#### **ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS**

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XIV do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação; e

- (f) aprovar a substituição do Custodiante, do Gestor, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação; e se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com os Quotistas presentes. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas. A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora. A Administradora, o Gestor e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

A cada Quota Sênior corresponde um voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Ressalvado o disposto no Regulamento a respeito e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terão direito a veto na deliberação referente às seguintes matérias:

- (a) a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de qualquer classe de Quotas Seniores;
- (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento;
- (c) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e

- (d) substituição da Administradora, do Custodiante, do Gestor, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas. Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (a) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo na Cedente, nos Sacados ou nas Originadoras dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo ou em sociedades ou empresas do grupo da Administradora.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 dias contados da sua realização.

#### **ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA**

Desde a Data da Primeira Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125%.

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 125%, por 5 Dias Úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao(s) titular(es) das Quotas Subordinadas, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizarem aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (b) o(s) titular(es) das Quotas Subordinadas deverá(ão) notificar a administradora, no prazo máximo de 1 Dia Útil contado a partir do recebimento da comunicação prevista no item "a" acima, de sua intenção em subscrever Quotas Subordinadas. Caso o titular das Quotas Subordinadas tenham manifestado intenção de subscrever novas Quotas, tais quotistas deverão subscrever, no prazo máximo de 5 Dias Úteis contados a partir do recebimento da comunicação prevista no item "a" acima, tantas Quotas Subordinadas quanto seja necessário para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, a Administradora adotará os procedimentos relativos à ocorrência de Evento de Avaliação, conforme definido no Regulamento e deverá interromper imediatamente qualquer procedimento de amortização de Quotas Subordinadas e aquisição de Direitos de Crédito.

Caso, em qualquer Dia Útil, a Razão de Garantia seja superior a 133%, os titulares das Quotas Subordinadas poderão solicitar à Administradora que realize amortização parcial das Quotas Subordinadas, mantendo-se a razão de garantia em, no mínimo, 125%, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Liquidação ou Evento de Avaliação.

#### **ORDEN DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Diariamente, a partir da Data da Primeira Subscrição de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência: (a) pagamento dos Encargos do Fundo; (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento; (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica; (d) provisionamento dos recursos necessários à composição da Reserva de Liquidez; (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

#### **POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no Periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

#### **ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e emails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:



**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Tel.: 55 21 3974 4500

E-mail: [fidc@mellonbrasil.com.br](mailto:fidc@mellonbrasil.com.br)

Att.: Carla Lopes

**DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO**

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

As despesas não previstas no rol acima e no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

**REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO**

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

## **Objetivo de Tratamento Tributário**

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica em um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

## **Tributação Aplicável aos Quotistas**

### *IOF*

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários ("IO/Títulos"). Nos termos da legislação vigente, o IO/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IO/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto. O IO/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

### *Imposto de Renda*

Os rendimentos produzidos a partir de 1º de janeiro de 2005, decorrentes da aplicação em fundos de investimentos<sup>1</sup> estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

#### Para fundos com carteira de longo prazo<sup>2</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

<sup>1</sup> Considerando que, no caso, trata-se de FIDC sob a forma de condomínio fechado.

<sup>2</sup> Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo<sup>3</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil<sup>4</sup>:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

*Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF*

Sobre os recursos entregues pelos Quotistas para aplicação no Fundo, incide Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, atualmente à alíquota de 0,38%.

Segundo a Lei nº 10.892, de 14 de julho de 2004, as aplicações em quotas de fundos de investimento realizadas no âmbito da conta-investimento, a partir de 1º de outubro de 2004, estão sujeitas à alíquota zero da CPMF. Para movimentação financeira dos recursos por intermédio da conta-investimento, a legislação estabelece, para as aplicações financeiras realizadas até 30 de setembro de 2006, a necessidade de

<sup>3</sup> Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

<sup>4</sup> Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

trânsito prévio dos valores pela conta de depósito à vista do investidor. A partir de 1º de outubro de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras existentes em 30 de setembro de 2004 poderão ser creditados diretamente na conta-investimento.

#### *Exceções e Outras Incidências*

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

#### **Tributação Aplicável ao Fundo**

##### *IOF*

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IO/Títulos à alíquota zero.

##### *Imposto de Renda*

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

##### *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF*

A atual legislação fiscal estabelece que as operações realizadas pelo Fundo estão sujeitas à incidência de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF à alíquota zero.

##### *Outras Incidências*

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

#### **ADMINISTRAÇÃO**

O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson 231 – 11º andar, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997, e terá sua carteira gerida, na forma do art. 39, II da Instrução CVM 356, por Mercatto Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, n.º 40 – 11º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.193.145/0001-81, devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar carteira de valores mobiliários conforme Ato Declaratório da CVM Nº 4.750, de 01 de abril de 1998.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações

da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

O quadro abaixo apresenta o valor da remuneração da Administradora:

#### **Remuneração da Administradora**

---

- Taxa de Administração Anual: 1%, calculada por Dia Útil à base de 1/252, incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido
- Taxa de Ingresso: Não há.
- Taxa de Saída: Não há.
- Taxa de Performance: Não há.

Os deveres e obrigações da Administradora encontram-se detalhados no Regulamento.

#### **Histórico**

A Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. foi constituída em dezembro de 1997 como uma *joint venture* entre o Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan, para gerir recursos de terceiros no Brasil.

A evolução do portfolio de serviços financeiros e as alterações na estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade, resultando, em 2005, na Mellon Serviços Financeiros, subsidiária integral da Mellon Financial Corporation, atuando em quatro linhas de negócios: *asset management*, *asset allocation*, *asset servicing* e *corporate governance*.

A atividade de *asset servicing* é exercida pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., líder em serviços financeiros para gestores independentes e clientes institucionais e corporativos. Os serviços de controladoria, representação legal, risco e compliance são prestados para mais de 500 fundos de investimento somando R\$ 38 bilhões, data-base de Outubro de 2006, e zelam pela boa aplicação dos recursos respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos e a integração com a política de investimentos própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

#### **GESTOR**

A Administradora contratou a Mercatto Gestão de Recursos Ltda., para gerir a carteira de ativos do Fundo.

#### **Histórico**

A Mercatto Gestão de Recursos foi constituída em agosto de 1998, tendo como objetivo gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários. Suas atividades são regulamentadas pela CVM. Reuniu executivos de comprovada experiência e carreiras desenvolvidas em bancos de investimento brasileiros, reconhecidos pela excelência em sua área de atuação.

Ao longo de sua existência, a Mercatto destacou-se não somente pela performance de seus produtos de investimento, mas pelo relacionamento individualizado e de elevado

conteúdo técnico com os investidores e pela transparência no processo de decisões de investimento.

A Mercatto dedica sua atenção às atividades de análise de investimentos, estudos setoriais, avaliação de empresas, operações de finanças estruturadas e controle de riscos. Estas atividades recebem atenção integral, enquanto parceiros de reconhecida competência respondem pelas atividades de administração fiduciária, custódia, auditoria e corretagem de valores.

O objetivo da Mercatto é oferecer soluções de investimento aos seus clientes, buscando alternativas inteligentes e criativas de negócios. A empresa tem, hoje, sob sua gestão cerca de R\$ 1.300.000.000,00 em recursos de terceiros. Sua carteira de clientes é composta de pessoas físicas, pessoas jurídicas e investidores institucionais.

### **CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO**

Para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A.

### **Histórico**

O Banco Bradesco S.A., por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, até o terceiro trimestre de 2006, os investimentos realizados em tecnologia e informática foram superiores a R\$ 1,055 bilhão. Especificamente para a área de custódia, o Banco Bradesco S.A. mantém os melhores sistemas existentes no mercado, com contingência de sistemas e ambiente físico, que garantem a continuidade das atividades em

eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

#### *Fundo de Investimento em Direitos Creditórios*

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios. O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios. Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo. Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

#### *Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento*

O "Sistema Bradesco de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento" foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores de fundos, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas quotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos quotistas e permitindo a emissão de relatórios. O "Sistema Bradesco de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento" elimina a complexidade do sistema convencional, facilitando o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos quotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Esse serviço compreende o registro da titularidade das quotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Banco Bradesco S.A. oferece aos quotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

#### **AGENTE DE COBRANÇA**

Para prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito, o Fundo contratou a Cedente, a qual deverá realizar os procedimentos tradicionais para cobrança, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo.

#### **AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

As Quotas Seniores do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimento Ltda., agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

## **Histórico**

A LFRating foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos. É formada por profissionais de elevada experiência em avaliação corporativa, que uniram seus conhecimentos para prover o mercado brasileiro de serviços de análise de risco de todas as modalidades.

A LFRating produz *ratings* de emissões de empresas nacionais, utilizando-se da expertise de seus analistas e de uma cultura formada ao longo de 29 anos em trabalhos de análises e avaliações de empresas, bancos e fundos de investimentos, para os mais diversos propósitos.

## **AUDITORIA**

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes.

## **Histórico**

Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com mais de 1.000 funcionários.

A KPMG é reconhecida como um dos principais provedores na entrega de serviços de *Audit*, *Tax* e *Advisory*. Com enfoque global na entrega de serviços, a KPMG responde aos ambientes complexos e desafiadores dos seus clientes reconhecendo os seus segmentos de indústria e suas fronteiras nacionais.

### *Audit*

Como marco no relacionamento de longo prazo com os seus clientes, a prática de *Audit* da KPMG está comprometida com o gerenciamento de riscos – em todas as suas formas. Ao entender as atividades de cada cliente, a prática de *Audit* converte dados em informações. Estas revelam oportunidades inexploradas de melhoria que auxiliam no desempenho dos negócios dos seus clientes.

### *Tax*

A prática de *Tax* também está focada na descoberta de oportunidades que se traduzam na economia de impostos e que façam uma diferença significativa no balanço patrimonial dos seus clientes. O foco na eliminação de encargos desnecessários, através de estruturas tributárias adequadas, é o principal fator que leva ao reconhecimento desta prática, que se utiliza de abordagens personalizadas, inovadoras, e alta qualidade na entrega dos seus serviços.

### *Financial Advisory Services*

A prática de *Financial Advisory Services* fornece metodologias de como as empresas podem crescer e aumentar seu valor patrimonial para o acionista. A KPMG ajuda o cliente ao longo de todas as fases de uma transação, incluindo serviços de integração pós-fusão e durante a reestruturação. Assessoramos também na implementação de programas voltados para a detecção de fraudes e conformidade corporativa.



## ***Assessoria em Gestão de Recursos Humanos***

A prática auxilia os clientes nos processos de recrutamento, contratação, motivação, avaliação, retenção, desenvolvimento e desligamento dos profissionais de suas organizações. Esses processos exigem atenção e cuidados especiais por estarem diretamente relacionados à produtividade, desempenho e imagem tanto interna como externa da empresa.

A KPMG entende, que estas práticas trabalhando em conjunto, fornecem uma vasta gama de serviços profissionais que, certamente, endereçam cada necessidade dos seus clientes, independentemente do local ou segmento de indústria que o cliente atua. Cada negócio no mundo de hoje, seja ele pequeno ou grande, é parte de uma economia globalizada, e a KPMG com os seus nove escritórios no Brasil – 1000 funcionários, aliados a uma rede global presente em aproximadamente 148 países, auxilia os seus clientes com qualidade e competitividade.

## **A CEDENTE**

### ***Múltiplo Fomento Mercantil Ltda.***

A Múltiplo Fomento Mercantil Ltda. foi criada em julho de 2005. Seu objetivo é de fomentar as atividades das empresas pertencentes ao ramo de tabaco e farmacêutico do Grupo Multi, os distribuidores destas empresas e outras empresas da cadeia produtiva. Desta forma, a Múltiplo busca ser uma ferramenta de auxílio aos seus clientes, permitindo melhorar o fluxo de caixa ao antecipar as vendas a prazo e assim promover uma expansão nas vendas.

Em março de 2007, teve seu capital social aumentado para R\$3 milhões, com o objetivo de aumentar a sua capacidade financeira, melhorando a qualidade da garantia das cessões, bem como adequando a Múltiplo Fomento Mercantil Ltda. a um porte compatível com suas atuais atividades. No entanto, por ser uma empresa nova, a Múltiplo Fomento Mercantil Ltda. ainda não foi testada a um novo e significativamente maior volume de operações.

Filiada à Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – Factoring, a Múltiplo atende à todas as suas obrigações legais, seguindo todas as normas e procedimentos exigidos para exercer a atividade no Brasil.

### ***Política de Concessão de Crédito***

Para realizar operações com a Cedente, é necessário que o Originador ou qualquer outra pessoa cumpra os seguintes requisitos:

- I. Ser uma empresa constituída e em operação por no mínimo 3 anos;
- II. Não ter o nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do BACEN e sua inscrição no CPF/MF esteja em situação regular;
- III. Não possuir registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA, em razão de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite;

- IV. Apresentar boa performance de pagamentos junto às instituições financeiras e fornecedores, mediante consulta à Central de Risco de Crédito administrada pelo BACEN;
- V. Seus sócios devem estar com situação cadastral sem restrições graves e patrimônio compatível ao volume das operações realizadas, quando garantidores das mesmas;
- VI. Em caso de haver garantias na operação que dá lastro aos Direitos de Crédito, estas devem apresentar vida útil adequada ao prazo da operação;
- VII. Deve ser efetuada a formalização de cadastro completo, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos documentos requisitados pela Cedente, e de cópias simples dos três últimos balanços; e
- VIII. O prazo de vencimento das duplicatas e fichas de compensação a serem adquiridos pela Cedente deverá ser superior a 10 dias e inferior a 12 meses.

#### **ORIGINADORES**

##### ***Cibahia Tabacos Especiais Ltda.***

A Cibahia Tabacos Especiais foi fundada em 1993, por um grupo empresarial atuante na distribuição de cigarros, bebidas e outros produtos de alto consumo. A primeira unidade da empresa foi instalada naquele mesmo ano, no município baiano de Feira de Santana. Pouco depois, entre 1996 e 1997, foi fundada uma filial em São Paulo, transferindo todas as operações da Cibahia para a nova sede. Localizada no município de Itapevi, toda a sua estrutura foi dimensionada para abrigar o parque fabril que hoje tem condições de produzir 25 mil caixas por mês.

A primeira ação da empresa no mercado internacional foi o fornecimento do *cut hag* – o tabaco desfiado já preparado para ir à máquina que fabrica o cigarro – para países do Leste Europeu. De lá para cá, a participação em várias feiras e eventos internacionais trouxe novos clientes. Hoje a Cibahia também exporta para os Estados Unidos, para países do Oriente Médio e a Índia, e continua abrindo novos mercados.

Hoje a Cibahia é a única empresa nacional que produz e comercializa todo o portfólio dos produtos derivados do tabaco: de cigarros especiais de marcas próprias à *private labels* – elaborados sob encomenda para clientes –, passando por cigarros aromáticos, *little cigars*, fumo desfiado (*cut rag*), fumo picado e talo expandido. Em comum, todos obedecem ao mais alto padrão de qualidade requerido pelos consumidores, e estão de acordo com as legislações e regulamentações vigentes em cada país para onde se destinam.

Além da capacidade técnica industrial para produção dos cigarros, a empresa também disponibiliza aos seus clientes todas as ações de marketing necessárias para a construção de marcas, conceituação e desenvolvimento de embalagens e materiais de ponto de venda.

##### ***Menendez Amerino & Cia. Ltda.***

A Menendez Amerino é o maior fabricante de charutos brasileiros, com 70% do mercado, exportando 25% de sua produção para países como Estados Unidos, Portugal

e Alemanha. A empresa é mundialmente conhecida pelas marcas Alonso Menendez e Dona Flor, cigarilhas St. James e Gabriella.

A empresa está em operação desde 1978, instalada no município de São Gonçalo dos Campos, no Recôncavo Baiano, a 120 quilômetros de Salvador. Hoje, a Menendez Amerino produz quase 3 milhões de charutos por ano, feitos a partir de dois tipos de fumo, o Mata Fina e o Mata Norte, enrolados artesanalmente pelas mãos de 280 mulheres.

### ***Steviafarma Industrial S.A.***

A Steviafarma é uma empresa que há 18 anos dedica-se à pesquisa e desenvolvimento de produtos naturais e saudáveis, extraídos de uma planta conhecida com Stévia Rebaudiana. Com destaque no mercado, é a pioneira e é a única empresa ocidental a explorar os recursos oferecidos por esta planta, que é um adoçante natural com poder de dulcificação maior que o açúcar.

Atualmente, a empresa possui um moderno parque fabril com capacidade de produção de 105 toneladas por ano de adoçantes de Stévia, utilizando avançada tecnologia de base composta por máquinas, equipamentos e instalações que atendem aos mais criteriosos e exigentes padrões fito-sanitários. Além disso, conta com uma especializada equipe técnica que desenvolve e supervisiona todo o processo produtivo mantendo um rigoroso controle de qualidade.

A empresa também representa um importante papel no desenvolvimento sócio-econômico das regiões onde fomenta lavouras, assistindo centenas de famílias e steviocultores distribuídas em mais de 50 municípios do Paraná.

### ***Alfredo Fantini Indústria e Comércio Ltda.***

A origem da empresa data-se do ano de 1903, quando o italiano Antonio Fantini abriu uma pequena loja no centro de São Paulo que produzia e comercializava charutos e que anos depois se expandiu para uma pequena fábrica de produção de cigarros.

Na matriz da empresa, localizada em São Paulo, estão a área de vendas, marketing e logística, onde são realizadas todas as ações comerciais de empresa e a saída dos produtos para os mercados do Brasil.

Atualmente, a Fantini está presente em todo território nacional, contando com uma rede de distribuição terceirizada que funciona no sistema de pronta entrega. A empresa mantém com seus canais de distribuição uma relação de parceria, que inclui suporte mercadológico como ações de comunicação e material de merchandising, treinamento de equipes, apoio tecnológico e transferência de *know-how*. Essa forma diferenciada da Fantini se relacionar com o seu distribuidor é o que garante a excelência no abastecimento dos mais de 250 mil pontos de venda atendidos semanalmente e a satisfação de milhões de consumidores.

A Fantini tem como um de seus princípios o comportamento ético e isso incluem o respeito total as leis, normas e a legislação que atua no segmento. Desta maneira, tanto seus produtos quanto ações comerciais da empresa estão dentro das regras estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão responsável o pela regulamentação do setor.

## Grupo Multi

O Grupo Multi é formado por empresas da indústria tabacaleira (Cibahia Tabacos Especiais Ltda. e, indiretamente, Menendez Amerindo & Cia. Ltda.), por uma empresa que atua na área de adoçantes naturais (Stevia Farma Industrial S.A.) e pela Múltiplo Fomento Mercantil. O Grupo possui intensa relação comercial, há vários anos, com a Alfredo Fantini, a qual será o maior originador dos recebíveis.

A tabela abaixo apresenta as demonstrações financeiras (não auditadas) relativas ao exercício encerrado em dezembro de 2006, expresso em milhares de reais:

Rubricas / Empresas	MultiPart.	Cibahia	Menendez	Steviafarma	Fantini (*)
Estoques	na	11.000 (a)	3.542	2.027	16.855
Mútuos	10.914	2.194	na	na	na
Investimentos	2.015	5.895	0	383	2.535
Imobilizado	290	16.082	5.693	3.002	2.226
Ativo/Passivo Total	16.694	50.427	18.886	13.325	118.164
Fornecedores	269	10.909	312	574	15.190
Adiant./Financ./Parc Imp.	11.687	28.821	9.181	15.967	219.477
Capital Social	20	1.800	854	8.000	700
Reserva de Reavaliação	na	5.600	456	1.871	50
Patrimônio Líquido	(790)	4.044	1.204	(5.917)	(126.853)
Receita Op. Bruta	1.389	26.301	9.153	7.022	143.614
Resultado Líquido	(303)	(4.952)	(102)	(1.747)	(24.685)

Pode-se observar que os principais dados das demonstrações financeiras denotam uma situação patrimonial complicada, com financiamento integral das atividades com recursos de terceiros, resultando, inclusive, em resultados negativos.

A operacionalização com o FIDC permitirá a estas empresas reduzirem seu custo de captação, de forma que poderão reorganizar sua administração de caixa, visando aumento de rentabilidade e lucratividade dos negócios.

## INFORMAÇÕES SELECIONADAS SOBRE OS SACADOS

Os sacados dos Direitos de Crédito que compõe a carteira do Fundo atuam no setor brasileiro de tabaco e no setor farmacêutico. Em sua grande maioria são distribuidores que compram os produtos das empresas originadoras pertencentes ao Grupo Multi (Cibahia, Menendez Amerino e Steviafarma) e da Alfredo Fantini. Porém, a Múltiplo Fomento Mercantil está preparada para realizar transações de fomento com outras empresas dos setores onde atua.

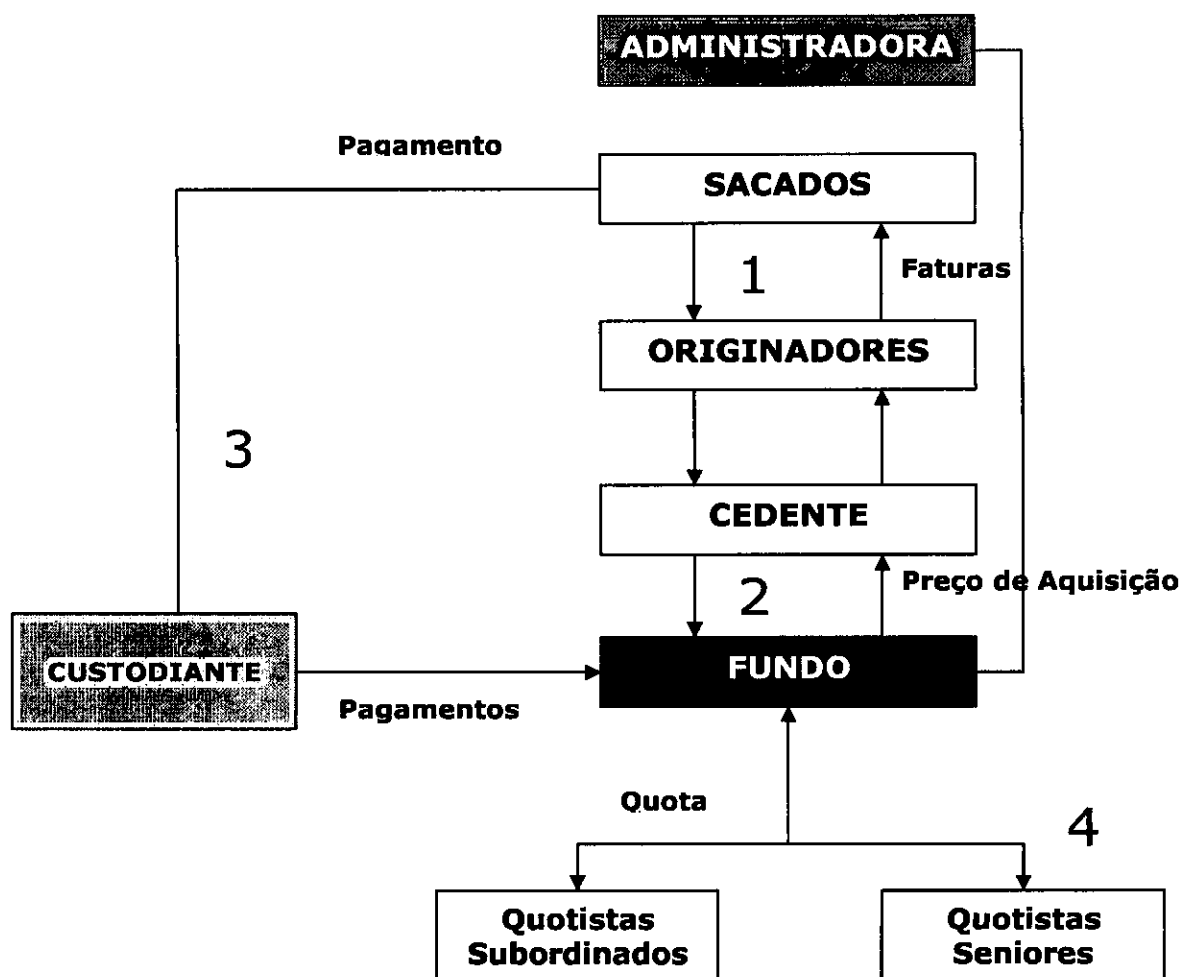
Os Originadores dos títulos sempre exerceram rígidas condições nas negociações com seus clientes, o que será mantido nas operações realizadas pela Múltiplo Fomento Mercantil. Tais condições podem ser visualizadas acima, no item "Política de Crédito".

Durante o processo de estruturação do Fundo, a KPMG Auditores Independentes foi contratada para realizar uma revisão limitada, pré-operacional, nos recebíveis dos Originadores ao longo dos últimos 36 meses. O objetivo deste procedimento foi analisar a performance da carteira de recebíveis e o sistema de cobrança relacionado com a emissão e cobrança de faturas. A base de dados utilizados compreendeu o período de 1º de julho de 2003 a 30 de junho de 2006.



## ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

### FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO



#### **Análise do Fluxo de Pagamentos**

O Custodiante receberá, na Conta do Fundo, na data de recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo pagos pelos Sacados.

A Cedente transferirá ao Fundo os valores referentes à liquidação antecipada dos Direitos de Crédito por parte dos Sacados, em até 1 Dia Útil, contado do recebimento de tais valores, sem prejuízo dos ajustes referentes à liquidação antecipada previstos no Contrato de Cessão.

Caso a Cedente venha a receber valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito por parte dos Sacados, os receberá na qualidade de fiel depositária de tais valores e os

transferirá ao Fundo em até 2 Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores, sem prejuízo dos ajustes referentes à liquidação antecipada previstos no Contrato de Cessão.

As taxas de cessão a serem praticadas pelo Fundo estão reguladas pelo Regulamento e pelo Contrato de Cessão, e não poderão ser inferiores à Taxa DI, acrescida de 18% ao ano, conforme a Seção "Preço e Pagamento dos Direitos Creditórios".

#### **DIREITOS DE CRÉDITO**

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, a aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Os Direitos de Crédito são decorrentes de aquisições, pela Múltiplo Fomento Mercantil Ltda., de direitos de crédito oriundos de operações dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços realizadas pelas Originadoras.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes da data da cessão que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

#### **ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

A Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Sacados, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Sacados contra a Cedente, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

#### **CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

#### **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos critérios de elegibilidade abaixo definidos:

- (a) os títulos de crédito, sejam duplicatas, cheques ou notas promissórias, deverão ter valor máximo de R\$ 400.000,00 e valor mínimo de R\$ 750,00;
- (b) os Direitos de Crédito devem ter prazo máximo de 12 meses e prazo mínimo de 10 dias, contados da data efetiva de aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo;

- (c) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito não poderá ser superior a data de resgate da última série de Quotas Seniores em circulação;
- (d) os Sacados não poderão estar inscritos em serviço de proteção ao crédito - SERASA;
- (e) no momento da cessão, considerando-se a aquisição *pro forma*, a carteira de Direitos de Crédito deverá permanecer enquadrada nos limites de concentração descritos no Parágrafo Único do Artigo 8º do Regulamento; e
- (f) os Sacados não poderão estar em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante o Fundo.

Além dos Critérios de Elegibilidade acima elencados, a Cedente declara e garante, em favor do Fundo, na forma do Contrato de Cessão, que os Direitos de Crédito que serão ofertados ao Fundo atenderão, na data da cessão ao Fundo, às seguintes condições:

- (a) os Direitos de Crédito devem ser oriundos de operações industriais, comerciais e de prestação de serviços;
- (b) os Sacados não poderão estar em atraso superior a 5 Dias Úteis no cumprimento de qualquer obrigação perante a Cedente;
- (c) os Direitos de Crédito com prazo superior a 90 dias devem ter parcelas periódicas e consecutivas;
- (d) os Sacados não poderão estar inscritos em serviço de proteção ao crédito - SPC, SERASA e CCF;
- (e) os Sacados não poderão ser parte em processo falimentar, de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou qualquer outro processo de recuperação financeira; e
- (f) não será realizada nenhuma cessão de Direitos de Crédito que faça com que o prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo supere 75 dias, considerando-se, como parâmetro, a média, ponderada pelos respectivos valores financeiros, dos prazos médios dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo.

Ademais, o Fundo (i) apenas poderá adquirir Direitos de Crédito originados de operações performadas, cujo produto ou serviço já foi devidamente entregue e/ou prestado, conforme o caso, não podendo haver qualquer condição para que o Direito de Crédito seja efetivamente devido pelo Sacado; e (ii) não poderá adquirir Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos, na data de aquisição pelo Fundo.

#### **TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.



## PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Pela aquisição de cada Direito de Crédito Elegível, será pago pelo Fundo à Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PA = \frac{VN}{(Fator_{ce})^{DU}}$$

onde:

PA = Preço de Aquisição do Direito de Crédito objeto da cessão.

VN = Valor nominal do Direito de Crédito objeto da cessão.

DU = Número de Dias Úteis compreendido entre a data de aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito de Crédito objeto da Cessão, exclusive.

Fator<sub>ce</sub> = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left(1 + \frac{DI}{100}\right)^{\frac{1}{252}} \times \left(1 + \frac{FSE}{100}\right)^{\frac{1}{252}}$$

Onde "DI" corresponde à taxa média dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e "FSE" corresponde ao fator *spread* de 18% (dezoito por cento), excedente à Taxa DI.

Em função da situação patrimonial dos Originadores de Direitos de Crédito, bem como, em função da situação de crédito dos Sacados dos Direitos de Crédito, a taxa de cessão, conforme calculada pela fórmula acima, mostra-se adequada, considerando-se os padrões do mercado, proporcionando um elevado *spread*, com margem para absorção de eventuais perdas do Fundo, minimizando os riscos de perdas patrimoniais aos Quotistas.

## RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Considerar-se-á resolvida a cessão de todas as parcelas de um Direito de Crédito, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- a) caso o pagamento de 2 parcelas de um Direito de Crédito, com datas de vencimento consecutivas, referentes à mesma transação comercial, industrial ou de prestação de serviços, seja recusado pelo respectivo Sacado por alegação de vícios, defeitos ou inexistência do negócio jurídico subjacente;

- b) caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à sua aquisição pelo Fundo;
- c) caso seja verificada, a qualquer tempo, pela Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos de Crédito; ou
- d) caso seja verificado, a qualquer tempo, pela Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante que o Direito de Crédito cedido ao Fundo tenha sido originado em data posterior à Data de Aquisição.

A Cedente estará obrigada a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das condições acima listadas, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito, integrantes da carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do preço de aquisição.

#### **POLÍTICA DE COBRANÇA**

O Fundo e a Cedente definiram que os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo serão pagos pelos respectivos Devedores por meio das fichas de compensação bancárias ("Boletos Bancários") confeccionadas e enviadas pelo Custodiante para cada Devedor após a data de cada cessão de Direitos Creditórios. Caberá ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de Custodiante e responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, controlar o recebimento de tais Direitos de Crédito, de forma a garantir que os recursos pagos por meio dos Boletos Bancários pelos Devedores em questão sejam automaticamente depositados na Conta do Fundo.

O Fundo e a Cedente adotarão os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito:

1. em até 3 dias da assinatura do Termo de Cessão, o Custodiante enviará aos respectivos devedores dos Direitos de Crédito, boleto bancário de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito, o qual deverá conter a identificação completa da Cedente e da Originadora; e
2. a Cedente providenciará a notificação aos respectivos devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao Artigo 290 do Código Civil, a qual poderá, adicionalmente, estar inscrita no próprio boleto bancário;
3. após 10 dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Cedente confirmará junto aos respectivos devedores o recebimento do boleto de cobrança;
  - 3.1. a confirmação descrita no item 2 acima será realizada através de contato telefônico e carta simples para todos os Direitos de Crédito;
  - 3.2. a critério da Cedente, poderá ser enviada carta para os respectivos devedores dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.

4. em até 1 dia antes do vencimento do Direito de Crédito, a Cedente entrará em contato por telefone com o respectivo devedor que não confirmar o recebimento dos boletos de cobrança, a fim de providenciar a emissão da segunda via do boleto, quando necessário;

5. após 2 dias do vencimento do Direito de Crédito, a Cedente entrará em contato com os respectivos devedores para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito e da respectiva necessidade de liquidação em até 3 Dias Úteis;

6. caso o Direito de Crédito não seja liquidado no prazo de 3 Dias Úteis mencionado no Item 4 acima, o título representativo do Direito de Crédito é levado a protesto no competente Cartório de Protestos;

6.1. caso o protesto não seja sustado tempestivamente pelos respectivos devedores, a Cedente entrará em contato com tais devedores para iniciar a renegociação para liquidação do Direito de Crédito;

7. caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito, a critério da Cedente, poderá ser concedida prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou outras alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito;

7.1 as prorrogações poderão ser feitas respeitando-se o prazo máximo de 30 dias e serão concedidas somente uma vez, mesmo se concedidas inicialmente em prazo inferior ao prazo máximo aqui previsto;

8. não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial, pela Empresa de Cobrança Independente, contra o Sacado e o respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.

A Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, cujos Sacados estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo e prestador de serviço especialmente contratado pelo Fundo, com anuência expressa do Custodiante, nos termos do Contrato de Cobrança, e de acordo com a Política de Cobrança descrita no Anexo IV ao Regulamento. O Fundo poderá delegar, por decisão da Gestora, a partir do 30º dia após o vencimento dos Direitos Creditórios, a cobrança judicial e extrajudicial dos referidos Direitos Creditórios a uma empresa de cobrança independente, especialmente contratada para este fim ("Empresa de Cobrança Independente"), para aumentar as chances de recebimentos dos referidos Direitos Creditórios.

#### **GARANTIAS**

Os Direitos de Crédito do Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) do Gestor; (iii) das Originadoras; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do FGC.

As únicas garantias ao pagamento dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados são dadas pela Cedente, contra a qual o Fundo possui uma Opção de Troca e uma

Opção de Venda. Ademais, o investimento no Fundo conta com a colateralização das Quotas Subordinadas igual ou superior a 125% de Razão de Garantia.

## **SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS**

### **Contrato de Cessão**

O Contrato de Cessão estabelece que a cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito. A Cedente garante a existência e validade dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termo de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

### **Contrato de Custódia**

Por meio do Contrato de Custódia, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, incluindo os serviços de que trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356 e os serviços de controladoria e escrituração de quotas.

### **Contrato de Gestão**

Por meio do Contrato de Gestão, a Administradora contratou o Gestor para gerir a carteira de ativos do Fundo.

### **Contrato de Serviços de Classificação de Risco**

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores.

### **Contrato com Empresa de Auditoria**

A Empresa de Auditoria foi contratada pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

A Cedente ou o grupo econômico a que pertence não estão envolvidos nas atividades de custódia, gestão e administração, e não pertence ao mesmo grupo econômico do Administrador, do Gestor e do Custodiante, que são instituições devidamente habilitadas perante a CVM e BACEN para prestar tais serviços, conforme aplicável, portanto, entende-se que não existem conflitos de interesses na prestação de tais serviços.

## **FATORES DE RISCO**

***Antes de decidir investir nas quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.***

***Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Gestor, o Custodiante, a Cedente ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.***

***As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.***

### **RISCOS DE MERCADO**

#### ***Efeitos da política econômica do Governo Federal***

O Fundo, seus ativos, a Cedente e os Sacados estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados da Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origem e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados.

#### ***Risco de descasamento de taxas***

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas

em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Cedente, Administradora, Gestor e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

### ***Flutuação dos Ativos Financeiros***

O valor dos ativos financeiros que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

## **RISCOS DE CRÉDITO**

### ***Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito***

Decorre da capacidade dos Sacados em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Sacados, de suas obrigações para com o Cedente e com o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam corretamente efetuados em benefício do Fundo, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, a Cedente somente têm responsabilidade pela existência, certeza, exigibilidade, correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Sacados e outros devedores dos Direitos de Crédito, ou mesmo pelo cumprimento, por parte da Cedente, de suas obrigações de repasse dos pagamentos relativos aos Direitos de Crédito à Cedente e ao Fundo, conforme o caso.

### ***Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros***

Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

## **RISCOS DE LIQUIDEZ**

### ***Liquidez relativa aos Ativos Financeiros***

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo está sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

### ***Liquidez relativa aos Direitos de Crédito***

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

### ***Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário***

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

### ***Liquidação antecipada do Fundo***

Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas neste parágrafo, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Caso ocorra qualquer das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.

### ***Amortização e resgate condicionado das Quotas***

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

## **RISCOS OPERACIONAIS**

### ***Falhas de Procedimentos***

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Cedente ou pelas Originadoras podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

### ***Notificação da Cessão***

A Cedente enviará uma carta a cada Sacado, para que estes tomem conhecimento de que os Direitos de Crédito poderão ser cedidos, na forma do Contrato de Cessão, e, a cada cessão de Direitos de Crédito, enviará uma comunicação a cada Sacado contendo a discriminação dos Direitos de Crédito cedidos. No entanto, caso haja alguma falha no processo de notificação aos Sacados, estes poderão vir a realizar o pagamento relativo aos Direitos de Crédito diretamente à Cedente, seja o pagamento no curso normal dos prazos de vencimento, ou na liquidação antecipada da transação. Neste caso, a Cedente receberá tais valores na qualidade de fiel depositária, em benefício do Fundo, e deverá repassar tais valores ao Fundo em até 2 Dias Úteis da data em que receber os recursos, porém, tal procedimento pode não se concretizar, em virtude de diversos fatores, inclusive em razão de falhas operacionais ou problemas de crédito da Cedente, o que poderá causar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

### ***Documentos Comprobatórios***

O Custodiante delega à Cedente, com a anuência da Administradora, a responsabilidade legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. A Cedente poderá delegar a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto aos Originadores, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por



terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida e correta originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

#### ***Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo***

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelos respectivos devedores, serão recebidos diretamente na Conta do Fundo, exceto pelos valores pagos pelos devedores diretamente à Cedente, a qual os receberá em nome do Fundo, na condição de fiel depositária, e deverá repassá-los em 2 Dias Úteis para a Conta do Fundo.

Em virtude de liquidação antecipada dos Direitos de Crédito, os pagamentos feitos pelos Sacados poderão ser efetuados diretamente junto à Cedente, que receberão tais valores na qualidade de depositários, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito da Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, recuperação judicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber tais pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores, o que pode afetar diversamente o Patrimônio Líquido, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração da Conta do Fundo, ou de substituição do Custodiante, a Cedente e Sacados serão notificados e solicitados a realizar os repasses de pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo à Cedente. Não há garantia de que os Sacados efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiro contratado como Custodiante, a Cedente ou terceiros serão obrigados a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que a Cedente ou terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

#### ***Risco de sistemas***

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos das Originadoras, Cedentes, Custodiante, Administradora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

### **OUTROS RISCOS**

#### ***Risco de Instrumentos Derivativos***

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da

posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

### ***Risco de descontinuidade***

A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares da Cedente e da sua capacidade de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento.

A Cedente é uma companhia recém-constituída, com baixa capacidade financeira e cujos sistemas ainda não foram testados, portanto, isso representa um risco de descontinuidade dos negócios, e consequentemente da geração de Direitos de Crédito elegíveis para aquisição pelo Fundo. Caso, por qualquer motivo de mercado ou em função de uma eventual incapacidade técnica ou operacional a Cedente não consiga desenvolver adequadamente suas atividades, o Fundo poderá não ter créditos disponíveis para aquisição, o que poderá causar redução do valor das Quotas e prejuízo aos Quotistas do Fundo.

Os Originadores apresentam uma situação financeira complicada, auferindo constantes prejuízos nos últimos exercícios, tendo um deles apresentado patrimônio líquido negativo no último período. Tal situação implica na busca por financiamento de baixo custo e gerenciamento do crédito de forma conservadora, visando otimizar sua capacidade financeira e a rentabilidade de seus negócios. Caso os Originadores utilizem a capacidade de crédito da Múltiplo Fomento Mercantil Ltda. para alavancar comercialmente suas operações ao invés de otimizar sua atual capacidade financeira deficitária, poderá ocorrer descontinuidade de suas operações, e da geração de Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, e consequentemente poderá haver perdas patrimoniais para os Quotistas.

Ademais, caso a situação financeira dos Originadores venha a se deteriorar com relação à atual situação descrita nos relatórios da Agência Classificadora de Risco, poderão ser declarados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, conforme o Artigo 50, alínea “b” e Artigo 52, alíneas “b” e “h” do Regulamento, podendo ocasionar a liquidação antecipada do Fundo.

### ***Riscos e custos de cobrança***

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, a Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

### ***Limitação do gerenciamento de riscos***

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

### ***Risco de inadimplência dos Direitos de Crédito***

A Cedente é responsável somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Sacados nos termos do Regulamento. Dessa forma, a inadimplência, total ou parcial, por parte dos Sacados, no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá causar prejuízos para o Fundo e, conseqüentemente, para seus Quotistas.

### ***Risco decorrente da precificação dos ativos***

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

### ***Inexistência de garantia de rentabilidade***

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, pela Cedente, pelo FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no Regulamento, ou no respectivo Suplemento, conforme o caso. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

### ***Risco de Controle da Assembléia Geral pelos Quotistas Subordinados***

O Regulamento estabelece que as matérias sujeitas à aprovação dos Quotistas serão deliberadas em Assembléia Geral de Quotistas na forma prevista no Capítulo XX do Regulamento. Caso, em função de diversos aportes feitos pelos Quotistas Subordinados em função das regras de manutenção da Razão de Garantia, poderá ocorrer que, nas matérias elencadas no Artigo 59, §2º do Regulamento, o controle da deliberação seja dos Quotistas Subordinados. Neste sentido, se a desvalorização das Quotas Subordinadas fizer com que os Quotistas Subordinados aportem valores em montantes que façam com que existam mais Quotas Subordinadas em circulação do que Quotas Seniores em circulação, os titulares de Quotas Seniores poderão não ter poder de influência nas decisões enumeradas no Artigo 59, §2º do Regulamento.

Os Quotistas Subordinados terão ainda direito de veto quanto às alterações das características das Quotas Seniores, conforme o Artigo 59, §1º do Regulamento, o que poderá limitar o poder dos Quotistas Seniores alterarem as características de suas

quotas, inclusive quando à possibilidade de deliberarem eventual resgate antecipado dos valores aportados no Fundo.

### ***Outros Riscos***

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora e do Gestor, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*), mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

## **ANEXOS**

---

**ANEXO I**  
**REGULAMENTO DO FUNDO**

---

**REGULAMENTO**

**DO**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

---

Datado de

7 de maio de 2007

---

## ÍNDICE

<i>CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO .....</i>	<i>65</i>
<i>CAPÍTULO II - OBJETO .....</i>	<i>65</i>
<i>CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO .....</i>	<i>66</i>
<i>CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....</i>	<i>66</i>
<i>CAPÍTULO V - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....</i>	<i>68</i>
<i>CAPÍTULO VI - FATORES DE RISCO .....</i>	<i>70</i>
<i>CAPÍTULO VII - ADMINISTRADORA .....</i>	<i>77</i>
<i>CAPÍTULO VIII - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA .....</i>	<i>79</i>
<i>CAPÍTULO IX - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS .....</i>	<i>80</i>
<i>CAPÍTULO X - POLÍTICA DE COBRANÇA .....</i>	<i>80</i>
<i>CAPÍTULO XI - QUOTAS .....</i>	<i>81</i>
<i>CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS .....</i>	<i>83</i>
<i>CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS .....</i>	<i>84</i>
<i>CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS .....</i>	<i>85</i>
<i>CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS .....</i>	<i>86</i>
<i>CAPÍTULO XVI - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS .....</i>	<i>86</i>
<i>CAPÍTULO XVII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO .....</i>	<i>87</i>
<i>CAPÍTULO XVIII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA .....</i>	<i>88</i>
<i>CAPÍTULO XIX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO .....</i>	<i>89</i>
<i>CAPÍTULO XX - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO .....</i>	<i>94</i>
<i>CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL .....</i>	<i>94</i>
<i>CAPÍTULO XXII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS .....</i>	<i>97</i>
<i>CAPÍTULO XXIII - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</i>	<i>98</i>
<i>ANEXO I - DEFINIÇÕES .....</i>	<i>99</i>
<i>ANEXO II - TERMO DE ADESÃO .....</i>	<i>104</i>
<i>ANEXO III - MODELO DE SUPLEMENTO .....</i>	<i>107</i>
<i>ANEXO IV - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA .....</i>	<i>108</i>



**REGULAMENTO  
DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

O **FIDC MULTI - RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução n.º 393 de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("Instrução CVM 356"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente regulamento (o "Regulamento").

**CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO**

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 60 (sessenta) meses e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

**CAPÍTULO II - OBJETO**

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos de Crédito são decorrentes de aquisições, pela **Múltiplo Fomento Mercantil Ltda.** ("Cedente"), com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, n.º 585, 7º andar, cjs. 77 e 78, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.825.115/0001-64, registrada na ANFAC - Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil sob o n.º 2810, de títulos de crédito oriundos de operações performadas dos segmentos mercantil, industrial e de prestação de serviços, realizadas por empresas do Grupo Multi, e outras empresas dos segmentos mercantil, industrial, e de prestação de serviços ("Originadoras"), e serão selecionados, de acordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V abaixo.

Parágrafo Único Os Direitos de Crédito são individualmente representados por cheques, duplicatas e notas promissórias, em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, inclusive os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e ou efetiva prestação dos serviços (os "Direitos de Crédito"), tendo como credores as respectivas Originadoras, contra seus respectivos devedores (os "Sacados").

### **CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO**

**Artigo 3º** As Quotas do Fundo serão destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor.

### **CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

**Artigo 4º** O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão, ambos estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento, e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos neste Regulamento.

**Parágrafo 1º** O Fundo adquirirá Direitos de Crédito dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços.

**Parágrafo 2º** Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos do(s) Contrato(s) de Cessão.

**Parágrafo 3º** Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

**Artigo 5º** Durante o 1º (primeiro) ano a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas, o Fundo deverá ter alocado no mínimo 80% (oitenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, sendo que, após o 1º (primeiro) ano e até o final do 2º (segundo) ano, contado da Data da 1ª Integralização de Quotas, tal alocação mínima de Direitos de Crédito será de 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido, e, a partir do 3º (terceiro) ano, contado da Data da 1ª Integralização de Quotas, a alocação mínima em Direitos de Crédito será de 60% (sessenta por cento) do Patrimônio Líquido.

**Artigo 6º** A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros abaixo relacionados (os "Ativos Financeiros"):

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, desde que pós-fixados, indexados à Taxa SELIC, por origem ou sinteticamente; e
- (c) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "a" e "b" acima.

**Parágrafo Único** A Administradora e o Gestor envidarão seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo, conforme o

disposto na Instrução Normativa nº 487, de 30 de dezembro de 2004, emanada pela Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda, conforme alterada, de tempos em termos, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o prazo de duração do Fundo.

**Artigo 7º** Considerando a composição da carteira do Fundo e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no Artigo 36 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da carteira detidas à vista, o Gestor deverá, em regime de melhores esforços, utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, na bolsa de mercadorias e futuros (BM&F), exclusivamente na modalidade "com garantia", até o limite destas.

**Parágrafo Único** Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações devem ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.

**Artigo 8º** A Administradora e o Gestor deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Artigo.

**Parágrafo 1º** O total de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, vinculados a cada Sacado, deverá respeitar os seguintes limites máximos:

- (a) até 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser alocado em Direitos de Crédito devidos pelos 5 (cinco) maiores Sacados dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, considerados em conjunto; e
- (b) até 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser alocado em Direitos de Crédito devidos por um único Sacado.

**Parágrafo 2º** Como parâmetro para os limites dispostos nas alíneas "a" e "b" acima, serão considerados os Sacados em conjunto com os demais Sacados que sejam empresas do mesmo Grupo Econômico, entendendo-se por "Grupo Econômico" o grupo de empresas composto por empresas controladoras, controladas, coligadas e sob controle comum da Cedente, de acordo com o Artigo 243 da Lei 6.404/76.

**Parágrafo 3º** A Cedente manterá o Custodiante informado acerca dos "Grupos Econômicos" que sejam coobrigados ou sacados dos Direitos de Crédito, atualizando as informações prestadas, sempre que necessário.

**Parágrafo 4º** O Custodiante verificará e informará a Administradora, no último dia útil de cada mês-calendário, o prazo médio remanescente de vencimento dos Direitos Creditórios que compõem a Carteira do Fundo, considerando-se, a média, ponderada pelos respectivos valores financeiros, dos prazos remanescentes até o vencimento de cada um dos Direitos Creditórios que compõem a Carteira do Fundo (o "Prazo Médio Ponderado"). Caso o Prazo Médio Ponderado seja superior a 70 (setenta) dias, por 3 (três) apurações consecutivas, o Custodiante informará a Administradora, que deverá observar os procedimentos de Evento de Avaliação, conforme o disposto no Artigo 50 e seguintes deste Regulamento.

**Artigo 9º** Com relação aos Ativos Financeiros serão observados os seguintes limites:

- (a) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física, não pode exceder 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (b) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido.

**Parágrafo Único** O Fundo não poderá realizar operações nas quais a Administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte.

**Artigo 10** Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo, indicados neste Capítulo, serão observados pelo Gestor diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

**Artigo 11** As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) do Gestor; (iii) da Cedente; (iv) das Originadoras; (v) do Custodiante; (vi) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vii) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## **CAPÍTULO V - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**Artigo 12** Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos critérios de elegibilidade abaixo definidos (os "Critérios de Elegibilidade"):

- (g) os títulos de crédito, sejam duplicatas, cheques ou notas promissórias, deverão ter valor máximo de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e valor mínimo de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
- (h) os Direitos de Crédito devem ter prazo máximo de 12 (doze) meses e prazo mínimo de 10 (dez) dias, contados da data efetiva de aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo;
- (i) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito não poderá ser superior a data de resgate da última série de Quotas Seniores em circulação;
- (j) os Sacados não poderão estar inscritos em serviço de proteção ao crédito - SERASA;
- (k) no momento da cessão, considerando-se a aquisição *pro forma*, a carteira de Direitos de Crédito deverá permanecer enquadrada nos limites de concentração descritos no Parágrafo Único do Artigo 8º acima; e

- (l) os Sacados não poderão estar em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante o Fundo.

Parágrafo 1º Além dos Critérios de Elegibilidade acima elencados, a Cedente declara e garante, em favor do Fundo, na forma do Contrato de Cessão, que os Direitos de Crédito que serão ofertados ao Fundo atenderão, na data da cessão ao Fundo, às seguintes condições ("Condições de Cessão"):

- (g) os Direitos de Crédito devem ser oriundos de operações industriais, comerciais e de prestação de serviços;
- (h) os Sacados não poderão estar atraso superior a 5 (cinco) dias úteis no cumprimento de qualquer obrigação perante a Cedente;
- (i) os Sacados não poderão estar inscritos em serviço de proteção ao crédito – SPC, SERASA e CCF;
- (j) os Direitos de Crédito com prazo superior a 90 (noventa) dias devem ter parcelas periódicas e consecutivas;
- (k) os Sacados não poderão ser parte em processo falimentar, de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou qualquer outro processo de recuperação financeira; e
- (l) não será realizada nenhuma cessão de Direitos de Crédito que faça com que o prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo supere 75 (setenta e cinco) dias, considerando-se, como prazo médio a média, ponderada pelos respectivos valores financeiros, dos prazos médios dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito serão originados de acordo com a política de concessão de crédito da Cedente, que adquirirá os Direitos de Crédito das empresas do Grupo Multi e de outros originadores primários, de acordo com sua avaliação de crédito, a qual segue os seguintes critérios:

- IX. Ser uma empresa constituída e em operação por no mínimo 3 (três) anos;
- X. Não ter o nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do BACEN e sua inscrição no CPF/MF esteja em situação regular;
- XI. Não possuir registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA, em razão de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite;
- XII. Apresentar boa performance de pagamentos junto às instituições financeiras e fornecedores, mediante consulta à Central de Risco de Crédito administrada pelo BACEN;
- XIII. Seus sócios devem estar com situação cadastral sem restrições graves e patrimônio compatível ao volume das operações realizadas, quando garantidores das mesmas;

- XIV. Em caso de haver garantias na operação que dá lastro aos Direitos de Crédito, estas devem apresentar vida útil adequada ao prazo da operação;
- XV. Deve ser efetuada a formalização de cadastro completo, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos documentos requisitados pela Cedente, e de cópias simples dos 3 (três) últimos balanços; e
- XVI. O prazo de vencimento das duplicatas e fichas de compensação a serem adquiridos pela Cedente deverá ser superior a 10 (dez) dias e inferior a 12 (doze) meses.

Parágrafo 3º Os Direitos de Crédito deverão ter lastro em operações performadas, cujo produto ou serviços já foi entregue ou devidamente prestado, nas quais não haja quaisquer condições para que seja devido o pagamento.

Parágrafo 4º Os Direitos de Crédito não podem estar vencidos e não pagos no momento da aquisição pelo Fundo.

Artigo 13 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, observados:

- a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- b) os termos, condições e procedimentos do(s) Contrato(s) de Cessão;
- c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e o atendimento aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão, definidos neste Regulamento; e
- d) a política de investimento definida no Capítulo Quatro.

Artigo 14 Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a Cedente responde tão somente pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, ficando isenta de responsabilidade quanto à solvência dos respectivos Direitos de Crédito, nos termos deste Regulamento e do(s) Contrato(s) de Cessão.

## **CAPÍTULO VI - FATORES DE RISCO**

Artigo 15 A carteira do Fundo, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais destacamos, de forma não taxativa, os abaixo relacionados. Antes de adquirir Quotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo.

Parágrafo 1º Risco de Mercado:

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, a Cedente e os Sacados estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As

medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados da Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origem e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados.

- (b) Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Cedente, Administradora, Gestor e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos financeiros que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Risco de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Sacados em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Sacados, de suas obrigações para com a Cedente e com o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam corretamente efetuados em benefício do Fundo, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, a Cedente somente têm responsabilidade pela existência, certeza, exigibilidade, correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Sacados e outros devedores dos Direitos de Crédito, ou mesmo pelo cumprimento, por parte da Cedente, de suas obrigações de repasse dos pagamentos relativos aos Direitos de Crédito à Cedente e ao Fundo, conforme o caso.

- (b) Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Parágrafo 3º Risco de Liquidez:

- (a) Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo está sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.
- (c) Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.



- (d) Liquidação antecipada do Fundo. Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas neste parágrafo, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Caso ocorra qualquer das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.
- (e) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

**Parágrafo 4º** Risco Operacional:

- (b) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Cedente ou pelas Originadoras podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (c) Notificação da Cessão. A Cedente enviará uma carta a cada Sacado, para que estes tomem conhecimento de que os Direitos de Crédito poderão ser cedidos, na forma do Contrato de Cessão, e, a cada cessão de Direitos de Crédito, enviará uma comunicação a cada Sacado contendo a discriminação dos Direitos de Crédito cedidos. No entanto, caso haja alguma falha no processo de notificação aos Sacados, estes poderão vir a realizar o pagamento relativo aos Direitos de Crédito diretamente à

Cedente, seja o pagamento no curso normal dos prazos de vencimento, ou na liquidação antecipada da transação. Neste caso, a Cedente receberá tais valores na qualidade de fiel depositária, em benefício do Fundo, e deverá repassar tais valores ao Fundo em até 2 (dois) dias úteis da data em que receber os recursos, porém, tal procedimento pode não se concretizar, em virtude de diversos fatores, inclusive em razão de falhas operacionais ou problemas de crédito da Cedente, o que poderá causar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

- (d) Documentos Comprobatórios. O Custodiante delega à Cedente, com a anuência da Administradora, a responsabilidade legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. A Cedente poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto aos Originadores, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida e correta origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (e) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelos respectivos devedores, serão recebidos diretamente na Conta do Fundo, exceto pelos valores pagos pelos devedores diretamente à Cedente, a qual os receberá em nome do Fundo, na condição de fiel depositária, e deverá repassá-los em 2 (dois) dias úteis para a Conta do Fundo.

Em virtude de liquidação antecipada dos Direitos de Crédito, os pagamentos feitos pelos Sacados poderão ser efetuados diretamente junto à Cedente, que receberão tais valores na qualidade de depositários, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito da Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, recuperação judicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber tais pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores, o que pode afetar diversamente o Patrimônio Líquido, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração da Conta do Fundo, ou de substituição do Custodiante, a Cedente e Sacados serão notificados e solicitados a realizar os repasses de pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo à Cedente. Não há garantia de

que os Sacados efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiro contratado como Custodiante, a Cedente ou terceiros serão obrigados a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que a Cedente ou terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (f) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos das Originadoras, Cedentes, Custodiante, Administradora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### Parágrafo 5º Outros Riscos:

- (a) Risco de Instrumentos Derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- (b) Risco de descontinuidade. A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares da Cedente e da sua capacidade de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV acima.

A Cedente é uma companhia recém-constituída, com baixa capacidade financeira e cujos sistemas ainda não foram testados, portanto, isso representa um risco de descontinuidade dos negócios, e consequentemente da geração de Direitos de Crédito elegíveis para aquisição pelo Fundo. Caso, por qualquer motivo de mercado ou em função de uma eventual incapacidade técnica ou operacional a Cedente não consiga desenvolver adequadamente suas atividades, o Fundo poderá não ter créditos disponíveis para aquisição, o que poderá causar redução do valor das Quotas e prejuízo aos Quotistas do Fundo.

Os Originadores apresentam uma situação financeira complicada, auferindo constantes prejuízos nos últimos exercícios, tendo um deles apresentado patrimônio líquido negativo no último período. Tal situação implica na busca por financiamento de baixo custo e gerenciamento do

crédito de forma conservadora, visando otimizar sua capacidade financeira e a rentabilidade de seus negócios. Caso os Originadores utilizem a capacidade de crédito da Múltiplo Fomento Mercantil Ltda. para alavancar comercialmente suas operações ao invés de otimizar sua atual capacidade financeira deficitária, poderá ocorrer descontinuidade de suas operações, e da geração de Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, e consequentemente poderá haver perdas patrimoniais para os Quotistas.

Ademais, caso a situação financeira dos Originadores venha a se deteriorar com relação à atual situação descrita nos relatórios da Agência Classificadora de Risco, poderão ser declarados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, conforme o Artigo 50, alínea "b" e Artigo 52, alíneas "b" e "h" deste Regulamento, podendo ocasionar a liquidação antecipada do Fundo.

- (c) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, a Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.
- (d) Limitação do gerenciamento de riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- (e) Risco de inadimplência dos Direitos de Crédito. A Cedente é responsável somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Sacados nos termos deste Regulamento. Dessa forma, a inadimplência, total ou parcial, por parte dos Sacados, no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá causar prejuízos para o Fundo e, consequentemente, para seus Quotistas.
- (f) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar

variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

- (g) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, pela Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no Regulamento, ou no respectivo Suplemento, conforme o caso. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Risco de Controle da Assembléia Geral pelos Quotistas Subordinados. O Regulamento estabelece que as matérias sujeitas à aprovação dos Quotistas serão deliberadas em Assembléia Geral de Quotistas na forma prevista no Capítulo XXI abaixo. Caso, em função de diversos aportes feitos pelos Quotistas Subordinados em função das regras de manutenção da Razão de Garantia, poderá ocorrer que, nas matérias elencadas no Artigo 59, §2º deste Regulamento, o controle da deliberação seja dos Quotistas Subordinados. Neste sentido, se a desvalorização das Quotas Subordinadas fizer com que os Quotistas Subordinados apórem valores em montantes que façam com que existam mais Quotas Subordinadas em circulação do que Quotas Seniores em circulação, os titulares de Quotas Seniores poderão não ter poder de influência nas decisões enumeradas no Artigo 59, §2º deste Regulamento.
- Os Quotistas Subordinados terão ainda direito de veto quanto às alterações das características das Quotas Seniores, conforme o Artigo 59, §1º deste Regulamento, o que poderá limitar o poder dos Quotistas Seniores alterarem as características de suas quotas, inclusive quando à possibilidade de deliberarem eventual resgate antecipado dos valores aportados no Fundo.
- (i) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora e do Gestor, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*), mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

## **CAPÍTULO VII - ADMINISTRADORA**

Artigo 16 O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 231 – 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada pela CVM

a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997 ("Administradora"), e terá sua carteira gerida, na forma do art. 39, II da Instrução CVM 356, por Mercatto Gestão de Recursos Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, n.º 40 – 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.193.145/0001-81, devidamente autorizado pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários conforme Ato Declaratório nº 4.750, de 01 de abril de 1998 ("Gestor").

**Parágrafo Único** A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

**Artigo 17** Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora e o Gestor têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

**Parágrafo 1º** As atribuições da Administradora são aquelas dispostas no Artigo 34 da Instrução CVM 356 e suas posteriores alterações, e toda e qualquer obrigação da Administradora exigidas pela Instrução CVM 356.

**Parágrafo 2º** Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, e da legislação e regulamentação aplicável, são obrigações da Administradora:

- (a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
  - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Empresa de Consultoria ou do Custodiante;
  - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação;
  - (iii) desenquadramento de razão de garantia; e
  - (iv) a celebração de aditamentos a qualquer contrato relacionado ao Fundo que tenha sido analisado quando da emissão da Classificação de Risco.
- (b) disponibilizar, em sua sede, à Agência de Classificação de Risco, os relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (c) informar os quotistas, através de publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, ou

qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 3º As vedações à Administradora são aquelas dispostas no Artigo 35 da Instrução CVM 356, e as vedações à Administradora, agindo em nome do Fundo, são aquelas dispostas no Artigo 36 da Instrução CVM 356.

Artigo 18 Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração do Fundo, uma Taxa de Administração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido ("Taxa de Administração").

Parágrafo Único A remuneração de que trata este Artigo será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Artigo 19 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo ao Gestor ou outros prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

## **CAPÍTULO VIII - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA**

Artigo 20 A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXI abaixo.

Artigo 21 No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembléia Geral, sob pena de passado tal prazo, a Administradora solicitar à CVM a indicação de administrador temporário.

Parágrafo Único A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

**Artigo 22** Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

## **CAPÍTULO IX - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS**

**Artigo 23** Os serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo serão exercidos pelo Banco Bradesco S.A. instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Custodiante" ou "Agente Escriturador", conforme o caso).

**Parágrafo Único** Os serviços de custódia, escrituração e controladoria conforme indicado no *caput* deste Artigo, serão prestados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e Controladoria, a ser firmado entre a Administradora e o Custodiante.

**Artigo 24** Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos deste Regulamento, o Custodiante, com a anuência da Administradora, contratou a Cedente para realizar a guarda física dos documentos comprobatórios dos Direitos de Crédito, na qualidade de fiel depositário, conforme indicados, exemplificativamente, no Parágrafo Único do Artigo 2º deste Regulamento ("Documentos Comprobatórios").

**Parágrafo Único** A Cedente poderá contratar terceiros para a guarda dos Documentos Comprobatórios, sem prejuízo de suas responsabilidades perante o Fundo e os Quotistas.

**Artigo 25** Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes S/C, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 057.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM ("Empresa de Auditoria").

**Artigo 26** Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimento Ltda., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Araújo Porto Alegre, 36 – 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.511.508/0001-36, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco").

## **CAPÍTULO X - POLÍTICA DE COBRANÇA**

**Artigo 27** O Fundo e a Cedente definiram que os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo serão pagos pelos respectivos Devedores por meio das fichas de compensação bancárias ("Boletos Bancários") confeccionadas e enviadas pelo Custodiante para cada Devedor após data de cada cessão de Direitos Creditórios. Caberá ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de Custodiante e responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, controlar o recebimento de tais Direitos de Crédito, de forma a garantir que



os recursos pagos por meio dos Boletos Bancários pelos Devedores em questão sejam automaticamente depositados na Conta do Fundo.

**Parágrafo Primeiro** Caso a Cedente venha a receber valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito por parte dos Sacados, os receberá na qualidade de fiel depositária de tais valores e os transferirá ao Fundo em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores, sem prejuízo dos ajustes referentes à liquidação antecipada previstos no Contrato de Cessão.

**Parágrafo Segundo** A Cedente obriga-se a notificar os Sacados, nos termos do Contrato de Cessão, a respeito da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo.

**Artigo 28** A Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, cujos Sacados estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo e prestador de serviço especialmente contratado pelo Fundo, com anuência expressa do Custodiante, nos termos do Contrato de Cobrança, e de acordo com a Política de Cobrança descrita no Anexo IV a este Regulamento, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo.

**Parágrafo Único** O Fundo poderá delegar, por decisão do Gestor, a partir do 30 (trigésimo) dia após o vencimento dos Direitos Creditórios, a cobrança judicial e extrajudicial dos referidos Direitos Creditórios a uma empresa de cobrança independente, especialmente contratada para este fim ("Empresa de Cobrança Independente"), para aumentar as chances de recebimentos dos referidos Direitos Creditórios.

## **CAPÍTULO XI - QUOTAS**

**Artigo 29** A Administradora, em nome do Fundo, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em circulação;
- (c) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;
- (d) a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356; e
- (e) a Razão de Garantia seja mantida, considerando-se a composição do Patrimônio Líquido *pro forma*, após a emissão das Quotas Seniores.

**Parágrafo 1º** Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo III a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Data de Emissão, (iii) Amortização Programada (se for o caso), (iv) Data de Resgate, (v) Data Base para o cálculo da Amortização/Resgate e

(vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (o "Suplemento").

Parágrafo 2º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 36 abaixo.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de Emissão;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 36 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto, de acordo com os quoruns de deliberação descritos no Capítulo XXI abaixo.

Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da distribuição na CVM, podendo ser prorrogado por igual período, mediante expressa autorização da CVM.

Parágrafo 5º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 6º A subscrição mínima inicial de quotas seniores será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Artigo 30 O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas a serem subscritas privadamente pela Cedente em uma ou mais ocasiões, conforme os termos do Regulamento, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea "d" abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu

valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 deste Regulamento;

- (e) direito de veto com relação às matérias descritas no Parágrafo Único do Artigo 59 abaixo, observadas as regras do Capítulo XXI deste Regulamento; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

Artigo 31 As Quotas Seniores são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 32 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no Capítulo XIX deste Regulamento.

## **CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS**

Artigo 33 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 36 e 37 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 34 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva série de Quotas Seniores, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 35 Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

Artigo 36 A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em

circulação; ou

- (b) o valor unitário da Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para cada série de Quotas Seniores, no respectivo Suplemento.

**Parágrafo 1º** Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores durante o período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Gestor, do Fundo, da Cedente ou do Custodiante.

**Parágrafo 2º** Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

**Parágrafo 3º** Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas, de acordo com o disposto no Artigo 37.

**Artigo 37** A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas deverão ter seu valor calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

### **CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS**

**Artigo 38** As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Regulamento.

**Artigo 39** Sem prejuízo do previsto no Artigo 41 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores ou Quotas Subordinadas, de acordo com as condições estabelecidas no Regulamento ou no respectivo Suplemento.

**Parágrafo Único** A amortização ou resgate de Quotas Subordinadas deverão se limitar ao Excesso de Cobertura, e se subordinarão à atribuição de rendimento, amortização ou resgate das Quotas Seniores, na forma prevista neste Regulamento.

**Artigo 40** Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 44 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas

Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral, respeitado o *quorum* de deliberação previsto no Capítulo XXI deste Regulamento.

**Artigo 41** Sem prejuízo do disposto no artigo 40 acima, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas neste Regulamento e do respectivo Suplemento.

#### **CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS**

**Artigo 42** Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 44 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 39 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 49 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Capítulo XII acima.

**Parágrafo 1º** A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

**Parágrafo 2º** Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

**Parágrafo 3º** Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

**Parágrafo 4º** Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

**Parágrafo 5º** A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora, conforme orientação do Gestor, deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores ("Reserva de Liquidez"), alocando os percentuais descritos no Parágrafo 6º abaixo em ativos de liquidez diária, de acordo com a Política de Investimento. Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do Parágrafo 6º abaixo.

**Parágrafo 6º** A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Liquidez (em percentual sobre o valor das amortizações e resgates) e o número de dias respectivos antes das datas de amortização e resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
60	50%
30	100%

**Parágrafo 7º** A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos no Parágrafo 5º, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou

alienação dos outros ativos, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao cronograma do Parágrafo 6º.

Parágrafo 8º Quando da execução dos procedimentos definidos neste Artigo, o Gestor deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez exclusivamente em ativos com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

Parágrafo 9º Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora ou do Gestor, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Liquidez, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Administradora e pelo Gestor.

Parágrafo 10 Caso os montantes disponíveis na Reserva de Liquidez deixem de atender ao disposto no Parágrafo 5º acima, a Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Liquidez.

## **CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS**

Artigo 43 As Quotas Seniores serão registradas para negociação no BOVESPAFIX e na CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

## **CAPÍTULO XVI - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Artigo 44 Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora, conforme orientação do Gestor, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) provisionamento dos recursos necessários à composição da Reserva de Liquidez;
- (d) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;

- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO XVII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

**Artigo 45** Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor, utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

**Parágrafo 1º** o Fundo terá escrituração contábil própria.

**Parágrafo 2º** Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

**Parágrafo 3º** As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do fundo e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com o disposto no Contrato de Custódia, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

**Artigo 46** As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

**Parágrafo 1º** O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 90 (noventa) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

**Parágrafo 2º** Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então (i) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso e (ii) reabilitar ou outorgar poderes à Cedente para que providencie a reabilitação do Sacado inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

## **CAPÍTULO XVIII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA**

**Artigo 47** Desde a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a "Razão de Garantia") é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento).

**Artigo 48** Caso a Razão de Garantia seja inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao(s) titular(es) das Quotas Subordinadas, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizarem aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (b) o(s) titular(es) das Quotas Subordinadas deverá(ão) notificar a administradora, no prazo máximo de 01 dia útil contado a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea "a" deste parágrafo, de sua intenção em subscrever Quotas Subordinadas. Caso o titular das Quotas Subordinadas tenham manifestado intenção de subscrever novas Quotas, tais quotistas deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea "a" deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quanto seja necessário para restabelecer a Razão de Garantia.

**Parágrafo 1º** Caso os titulares das Quotas Subordinadas não realizem o aporte adicional de recursos conforme a alínea "b" do *caput* deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 51 deste Regulamento.

**Parágrafo 2º** Caso ocorra o desenquadramento da Razão de Garantia previsto neste Artigo, a Administradora e ou o Gestor, conforme o caso, deverão interromper imediatamente qualquer procedimento de amortização de Quotas Subordinadas e a aquisição de Direitos de Crédito.

**Artigo 49** A partir do último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês, após a Data da 1ª Integralização de Quotas, caso a Razão de Garantia seja superior a 133% (cento e trinta e três por cento) (o "Excesso de Cobertura") nas Datas de Amortização das Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (i) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento e não seja afetada pela amortização parcial mencionada neste artigo;
- (ii) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;



- (iii) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo IV deste Regulamento não tenham sido excedidos; e
- (iv) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas a partir do último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês, contando-se da Data da 1ª Integralização de Quotas, e a cada 180 (cento e oitenta) dias subsequentes, contando-se da data da comunicação anterior ("Datas de Amortização de Quotas Subordinadas").

Parágrafo 2º Cada titular das Quotas Subordinadas deverá comunicar à Administradora, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a quantidade de Quotas Subordinadas que deverão ser amortizadas, observada a manutenção do limite da Razão de Garantia definido no artigo 48 acima.

Parágrafo 3º A Administradora, observado o disposto no *caput* do Artigo 49, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da comunicação dos Quotistas prevista no Parágrafo 2º deste Artigo.

Parágrafo 4º O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 5º Não poderá haver amortização de Quotas Subordinadas, na forma prevista neste Artigo, nos 5 (cinco) meses que antecederem o resgate da última série de Quotas Seniores em circulação.

Parágrafo 6º A amortização ou resgate de Quotas Subordinadas serão vedados, caso quaisquer de tais ocorrências afetem à manutenção da Razão de Garantia, após o cálculo *pro forma* da amortização ou resgate, enquanto houver Quotas Seniores em Circulação.

## **CAPÍTULO XIX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO**

Artigo 50 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os "Eventos de Avaliação"):

- (w) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle da Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva a Cedente;
- (x) caso a Cedente sofra processo de renegociação de dívidas, ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra insolvência bem como a Cedente pleitear pedido de auto-falência;

- (y) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Cedente;
- (z) descumprimento pela Cedente ou pelas Originadoras de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento, pela Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora, informando-os da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora ou do Gestor, comprometer a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (aa) ocorrência de uma das hipóteses de avaliação ou resilição contratual, conforme estabelecidas na Cláusula VIII do Contrato de Cessão;
- (bb) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (cc) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em circulação em dois níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (dd) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (ee) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade, que acarrete redução dos Direitos de Crédito para níveis inferiores a 60% do Patrimônio Líquido, por período superior a 30 (trinta) dias corridos;
- (ff) inobservância dos limites máximos de concentração por Sacado, que não seja sanada dentro de 5 (cinco) Dias Úteis;
- (gg) não constituição da Reserva de Liquidez nos termos deste Regulamento;
- (hh) ocorrência de qualquer evento que, no entendimento da Administradora ou do Gestor, gere risco potencial aos Quotistas Seniores;
- (ii) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (jj) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento;

- (kk) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 90 (dias) dias corridos, representar, a qualquer momento, 5% (cinco por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (ll) caso o somatório dos pagamentos dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, feitos pelos Sacados, diretamente à Cedente, seja superior a 3% (três por cento) da totalidade de Direitos de Crédito que tenham vencimento nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores;
- (mm) renúncia da Administradora;
- (nn) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- (oo) descumprimento, pelo Fundo, dos limites de alocação mínima do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, conforme estipulado no Artigo 5º deste Regulamento;
- (pp) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos neste Regulamento para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento;
- (qq) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores; e
- (rr) caso não seja observado o Prazo Médio Ponderado, conforme determinado no Artigo 8, §4º deste Regulamento, em 3 (três) apurações mensais consecutivas.

**Artigo 51** Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 55 deste Regulamento.

**Parágrafo 1º** Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

**Parágrafo 2º** No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

**Artigo 52** São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “**Eventos de Liquidação**”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) Caso a Cedente, seu controlador, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas ou coligadas, ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em regime de administração especial, ou sofrer processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou falimentar, ou perca sua condição de empresa de fomento mercantil;
- (j) A ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pela Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que representem a todo momento, a partir do 90º dia, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução nº 356 da CVM e alterações posteriores, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (k) Se ocorrer, por 2 (duas) vezes consecutivas, a falta de consenso entre os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, para definir um novo índice ou parâmetro estabelecido neste Regulamento para o cálculo do valor das Quotas Seniores;
- (l) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (m) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato;
- (n) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, ou de quaisquer prestadores de serviços ao Fundo;
- (o) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas neste Regulamento; e
- (p) verificação, por parte da Administradora ou do Gestor, da inviabilidade de continuidade do Fundo;

**Parágrafo 1º** Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

**Parágrafo 2º** Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de Direitos de Crédito, (ii) interromper qualquer procedimento de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas, e (iii) convocar imediatamente uma Assembléia Geral,

a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.

Parágrafo 3º Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo previsto no Parágrafo anterior, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Os Quotistas dissidentes poderão aprovar, em assembléia especial de Quotistas dissidentes, o resgate de suas Quotas em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os Ativos Financeiros do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo.
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVI, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor;

Parágrafo 6º Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas

Parágrafo 7º Os procedimentos descritos no Parágrafo 3º do Artigo 49 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Artigo 53 Caso após 2 (dois) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 55 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio, devendo

a Administradora, em conjunto com a Gestora, preparar e encaminhar à CVM todas as informações e documentos necessários ao cancelamento do registro do Fundo.

## **CAPÍTULO XX - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO**

**Artigo 54** Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

**Parágrafo Único** As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## **CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL**

**Artigo 55** Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e

deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;

- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XIV deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação; e
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, do Gestor, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

**Artigo 56** O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

**Artigo 57** A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

**Parágrafo 1º** A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

**Parágrafo 2º** A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com os Quotistas presentes. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

**Parágrafo 3º** A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

**Parágrafo 4º** Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora, o Gestor e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

**Parágrafo 5º** Independentemente de quem tenha convocado, o representante

da Administradora e o do Gestor deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Parágrafo 7º Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Artigo 58 A cada Quota Sênior corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 59 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terão direito a veto na deliberação referente a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de qualquer classe de Quotas Seniores;

Parágrafo 2º Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto na deliberação referente às seguintes matérias:

- (e) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento;
- (f) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e
- (g) matérias descritas nas alíneas "b" e "f" do Artigo 55 acima.

Artigo 60 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 61 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 62 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Parágrafo 1º Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:



- (a) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo na Cedente, nos Sacados ou nas Originadoras dos Direitos de Crédito Integrantes da carteira do Fundo ou em sociedades ou empresas do grupo da Administradora.

**Artigo 63** As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

## **CAPÍTULO XXII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS**

**Artigo 64** A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

**Artigo 65** A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução CVM 356.

**Artigo 66** A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**Artigo 67** As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

**Artigo 68** À Administradora cabe divulgar, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Cota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo; sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

### **CAPÍTULO XXIII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 69 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 70 O Presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembléia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 71 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 dezembro de cada ano.

Artigo 72 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF, conforme o Artigo 45 deste Regulamento.

Artigo 73 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 72 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução 356/01.

Artigo 74 Fica eleito o foro da Comarca de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

## ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimento Ltda.
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Banco Bradesco S.A.;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembléia Geral:</u>	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BOVESPAFIX:</u>	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
<u>Cedente:</u>	é a Múltiplo Fomento Mercantil Ltda., ou outras sociedades empresárias que vierem a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, na forma deste Regulamento;
<u>CETIP:</u>	é a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>Conta do Fundo:</u>	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e a Cedente, e seus respectivos Termos de Cessão;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança,

	a ser celebrado entre o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, e a Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o contrato firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Critérios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	É o Banco Bradesco S.A.;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data da 1ª Integralização de Quotas:</u>	é a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Dias Úteis:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Direitos

<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	de Crédito de titularidade da Cedente, oriundo de operações celebradas entre os Originadores e os Sacados, observado o disposto no Artigo 4º e demais condições previstas neste Regulamento; significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no artigo 12 deste Regulamento;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 26 deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG Auditores Independentes S/C;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 51 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução n.º 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM n.º 393, datada de 22 de julho de 2003;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas

	Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Originadores:</u>	São empresas do Grupo Multi, e outras que atuam no setor industrial, comercial e de prestação de serviços, as quais darão origem aos Direitos de Crédito por meio de suas atividades empresariais.
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XX deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal Monitor Mercantil;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Senior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas subordinadas, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 42 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>Sacados:</u>	têm o significado atribuído no Artigo 2º deste Regulamento;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 deste Regulamento
<u>Taxa DI:</u>	Taxas médias referenciais dos depósitos

	<p>interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	<p>é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento;</p>
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	<p>é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Integralização de Quotas.</p>

**ANEXO II - TERMO DE ADESÃO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI**  
**RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM 356/01"), ambas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento ("Regulamento") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**, cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18/08/2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter recebido cópia do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência de que as informações contidas no prospecto e no Regulamento são suficientes ao completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV e VI ("Política de Investimento e Composição da Carteira" e "Fatores de Riscos", respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (e) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (g) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Cedente, da Administradora, dos Originadores, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (h) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e o Gestor têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o



disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;

- (i) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que a Administradora poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;
- (j) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembléia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356/01;
- (k) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Monitor Mercantil", sendo facultado à Administradora alterar, a qualquer momento, o periódico destinado à divulgação das informações do Fundo, mediante comunicação prévia, por escrito;
- (l) que responsabiliza-se pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- (m) ter ciência de que poderá haver necessidade de aporte de recursos adicionais, em caso de patrimônio líquido negativo, decorrente de perdas do capital investido;
- (n) que reconhece a validade das ordens solicitadas via fac-símile, email e/ou telefone (ordens verbais), desde que autorizadas na Proposta de Aplicação em Conta de Fundos de Investimento, constituindo os registros contábeis realizados pelo Administrador prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- (o) que reconhece sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais, via fac-símile e/ou via email, desde que autorizadas na Proposta de Aplicação em Conta de Fundos de Investimento, isentando, desde já, o Administrador de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (p) que se obriga a manter sua documentação pessoal e Proposta de Aplicação em Conta de Fundos de Investimento atualizadas, de acordo com as regras vigentes, manifestando sua aquiescência expressa ao fato de que o Administrador não poderá realizar o pagamento de resgates caso haja omissão na documentação;
- (q) que tem pleno conhecimento das disposições da Lei 9613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as operações em Fundos de investimento no mercado financeiro estão sujeitas a controle do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos Quotistas;

- (r) que se obriga a prestar ao Administrador quaisquer informações adicionais que este julgar relevante, para justificar movimentações financeiras;
- (s) ter ciência de que os limites mínimos para movimentação, os quais constam no Prospecto, poderão ser alterados pelo Administrador, em prospectos subsequentes;
- (t) que autoriza expressamente o Administrador a fornecer ao Gestor cópia da Proposta de Aplicação em Conta de Fundos de Investimento e da documentação cadastral correspondente bem como, de toda e qualquer informação relativa ao Fundo e às suas movimentações no Fundo (aplicações e resgates).

[Local], [•] de [•] de [•]

Denominação social do investidor  
(Nomes e cargos dos representantes legais)  
CNPJ/MF:  
E-mail:

---

[INSERIR NOME DO QUOTISTA]

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

### **ANEXO III - MODELO DE SUPLEMENTO**

#### **SUPLEMENTO AO REGULAMENTO [•]<sup>a</sup> DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

#### **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Suplemento ao regulamento para emissão da [•] Série de Quotas Seniores da [•] Distribuição Pública de Quotas Seniores do FIDC Multi – Recebíveis Comerciais, de Serviços e Industriais (o “Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [•];
- b) O Valor Unitário de Emissão: [•];
- c) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- d) Amortizações Programadas: carência de 12 meses, contados a partir da 1ª Subscrição de Quotas Seniores, e 36 amortizações mensais, correspondendo cada amortização à 1/x do Patrimônio Líquido, onde x é o número de meses remanescentes até o resgate integral da Série;
- e) Data de Pagamento do Resgate: [•];
- f) Data Base para cálculo da Amortização/Resgate: [•]
- g) Meta de Rentabilidade Prioritária: [•]% ([•] por cento) da Taxa DI;

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de 2007.

---

#### **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Por:

Cargo: Administrador

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

## **ANEXO IV - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA**

O Fundo e a Cedente adotarão os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito:

1. em até 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, o Custodiante enviará aos respectivos devedores dos Direitos de Crédito boleto bancário de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito, o qual deverá conter a identificação completa da Cedente e da Originadora; e
2. a Cedente providenciará a notificação aos respectivos devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao Artigo 290 do Código Civil, a qual poderá, adicionalmente, estar inscrita no próprio boleto bancário;
3. após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Cedente confirmará junto aos respectivos devedores o recebimento do boleto de cobrança;
  - 3.1. a confirmação descrita no item 2 acima será realizada através de contato telefônico e carta simples para todos os Direitos de Crédito;
  - 3.2. a critério da Cedente, poderá ser enviada carta para os respectivos devedores dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
4. em até 1 (um) dia antes do vencimento do Direito de Crédito, a Cedente entrará em contato por telefone com o respectivo devedor que não confirmar o recebimento dos boletos de cobrança, a fim de providenciar a emissão da segunda via do boleto, quando necessário;
5. após 2 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Cedente entrará em contato com os respectivos devedores para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito e da respectiva necessidade de liquidação em até 3 (três) dias úteis;
6. caso o Direito de Crédito não seja liquidado no prazo de 3 (três) dias úteis mencionado no item 4 acima, o título representativo do Direito de Crédito é levado a protesto no competente Cartório de Protestos;
  - 6.1. caso o protesto não seja sustado tempestivamente pelos respectivos devedores, a Cedente entrará em contato com tais devedores para iniciar a renegociação para liquidação do Direito de Crédito;
7. caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito, a critério da Cedente, poderá ser concedida prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou outras alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito;
  - 7.1 as prorrogações poderão ser feitas respeitando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias e serão concedidas somente uma vez, mesmo se concedidas inicialmente em prazo inferior ao prazo máximo aqui previsto;

8. não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial, pela Empresa de Cobrança Independente, contra o Sacado e o respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.

**ANEXO II**  
**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO**  
**1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI**  
**RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas Seniores da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do FIDC Multi – Recebíveis Comerciais, de Serviços e Industriais (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: mínima – 40 (quarenta) Quotas Seniores, totalizando R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);  
máxima – 120 (cento e vinte) Quotas Seniores, totalizando R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- c) Data de Emissão: Data de 1ª Integralização de Quotas;
- d) Amortizações Programadas: carência de 12 (doze) meses, contados a partir da 1ª Subscrição de Quotas Seniores, e 36 (trinta e seis) amortizações mensais, correspondendo cada amortização à 1/x do Patrimônio Líquido, onde x é o número de meses remanescentes até o resgate integral da Série;
- e) Data Base para o cálculo da Amortização/Resgate: Data da 1ª Integralização de Quotas;
- f) Data de Resgate: 48 (quarenta e oito) meses após a Data de Emissão;
- g) Meta de Rentabilidade Prioritária: 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI;

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 25 de janeiro de 2007.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS**  
**COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Por:

Cargo: Administrador

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

### **ANEXO III**

#### **SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS  
COMERCIAIS DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

**COTAS SENIORES  
1ª SÉRIE**

**RATING PRELIMINAR FIDC**

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**

Janeiro de 2007





Rua André Bello, 169, 16/A por  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2826  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

### **I. VISÃO GERAL**

**Fundo:** Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multi Recebíveis Comerciais, de Serviços e Industriais.

**Base Legal:** Resolução nº 2.907/01 do CMN, regulamentada pela Instrução CVM nº 356/01, com nova redação dada pela Instrução CVM nº 393/03 e suas posteriores alterações.

**Forma de Constituição:** condomínio fechado.

**Classe de Cotas:** uma ou mais séries de cotas seniores e cotas subordinadas.

**Prazo de Duração do Fundo:** 60 meses. A 1ª série de cotas seniores terá prazo de 48 meses, com 12 de carência e 36 amortizações mensais programadas.

**Ativo Objeto:** direitos de crédito decorrentes de aquisições, pela Múltiplo Fomento Mercantil Ltda., de títulos de crédito oriundos de operações performadas nos segmentos mercantil, industrial e de prestação de serviços, realizadas por empresas do Grupo Multi e por outras empresas.

**Instituição Administradora:** Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

**Instituição Gestora:** Mercatto Gestão de Recursos Ltda..

**Instituição Custodiante e Escrituradora:** Banco Bradesco S.A..

**Objetivo, Política de Investimento e Rentabilidade:** proporcionar rendimento aos cotistas por meio do investimento preponderante em direitos creditórios performados e em títulos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, sendo obrigatória a realização de operações de proteção da carteira à vista, exclusivamente na BM&F e na modalidade "com garantia". O Fundo buscará atingir na 1ª série de cotas seniores rentabilidade correspondente a 115% da taxa DI.

**Remuneração da Instituição Administradora e Gestora:** pela administração do Fundo a Administradora receberá taxa de 1% a.a. incidente sobre o valor do patrimônio líquido, já incluído neste total o pagamento da remuneração da Gestora.

**Patrimônio Sênior do Fundo:** após a primeira emissão, o patrimônio sênior será de no mínimo R\$ 10 milhões e no máximo R\$ 30 milhões, formado por no mínimo 40 cotas e no máximo 120 cotas de preço unitário de R\$ 250.000,00.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua André Berto - Mare, 1618 para  
R5 de Laran - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2828  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

**Eventos de Avaliação:** o Regulamento estabelece a ocorrência de vinte e dois Eventos de Avaliação que determinam a imediata suspensão da aquisição de direitos creditórios, até que a Assembleia Geral avalie o grau de comprometimento das atividades do Fundo.

**Eventos de Liquidação:** de acordo com o Regulamento, oito outros eventos levam à convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a sua liquidação antecipada.

### **II. NOTA DE RATING**

O Comitê de Risco da LFRating, em reuniões realizadas em 27 de dezembro de 2006 e em 24 de janeiro de 2007, atribuiu o Rating A- para a 1ª série de cotas seniores emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multi Recebíveis Comerciais, de Serviços e Industriais, no montante de até R\$ 30 milhões.

Na escala de avaliação da LFRating, o rating A- denota que o risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

### **III. FUNDAMENTOS DA NOTA DE RATING**

A nota atribuída ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multi Recebíveis Comerciais, de Serviços e Industriais está baseada, principalmente, nas seguintes variáveis:

1. O entendimento desta Agência de que, embora o processo de originação de recebíveis possa transcorrer dentro de um clima de normalidade ao longo da vida do Fundo, existem várias condicionantes que podem conturbar esta evolução levando à interrupção do fluxo de recebíveis e, conseqüentemente, a um respectivo Evento de Avaliação e/ou de Liquidação.

Ainda na mesma linha, a 1ª Série prevê a emissão de no mínimo R\$ 10 milhões e no máximo R\$ 30 milhões em cotas seniores, enquanto que a capacidade mensal de geração de recebíveis, de acordo com análise da KPMG para os 36 meses encerrados em jun.06, atingiu um pico de R\$ 15 milhões em set.05, oscilando ao redor de R\$ 12 milhões nos seis primeiros meses de 2006.

2. Trata-se de uma operação bem estruturada que buscou minimizar, através de eficiente estrutura legal e de diversos mecanismos de proteção aos cotistas, principalmente os efeitos negativos mencionados no item 1 acima, bem como resguardar os seus interesses em caso de interrupção das operações antes do prazo originalmente pactuado.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Aracaju Paralela, Alameda, 56/5 parer  
Rio de Janeiro - RJ  
Tele: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2326  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

3. O Fundo inicia com uma subordinação de 20%, que cresce a cada mês em função da incorporação de elevado excesso de *spread*, gerado pelo diferencial entre o preço de cessão e a correção do passivo senior. Após os 12 primeiros meses essa relação é ampliada para, no mínimo, 24,8%, crescendo mensalmente até a ocorrência dos resgates de cotas subordinadas.
4. Os mecanismos de proteção à inadimplência são ainda reforçados pela outorga, da Cedente ao Cessionário, de uma Opção de Troca e de uma Opção de Venda, que lhe permite trocar e vender à Cedente direitos creditórios, respeitadas determinadas condições.
5. A Cedente é uma empresa nova, com processo de capitalização em curso e que ainda não foi testada a um novo e significativamente maior volume de operações.
6. A estrutura do FIDC conta com um grupo de participantes qualificado e com larga tradição.
7. A segregação integral das atividades de administração, gestão e originação reforça a estrutura do Fundo, na defesa dos interesses dos cotistas. Na mesma linha, tem-se os serviços de custódia, controladoria e cobrança, concentrados em instituição de primeira linha.
8. O regulamento prevê diversos eventos que resguardam os interesses dos cotistas seniores, com destaque para os itens que permitem à Administradora ou à Gestora provocar um Evento de Avaliação, na ocorrência de qualquer evento que, no seu entendimento, gere risco relevante em potencial aos cotistas seniores.
9. A obrigatoriedade de *hedge* com garantia para todos os direitos creditórios, através de operações na BM&F, diminui o risco de mercado. Os demais ativos permitidos para investimento pelo Fundo são limitados a títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN, desde que pós-fixados, por origem ou sinteticamente.
10. Será criada uma Reserva de Pagamento para a amortização das cotas seniores vincendas, na proporção de 50% em 60 dias e de 100% em 30 dias.

### **IV. ESTRUTURA DO FUNDO**

#### **1. Participantes**

- 1.1. **Múltiplo Fomento Mercantil Ltda.:** é a empresa do Grupo Multi, única cedente do Fundo. Atuará na qualidade de centralizadora e gerenciadora dos direitos creditórios das originadoras. Após adquiri-los, cederá tais direitos ao Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso. Foi constituída em jul.05 e iniciou suas operações em mai.06, atuando

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Anacleto Pires, N.º 10, 36/38 parte  
Rua de Lapa - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-3528  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

inicialmente para as empresas do Grupo. Recentemente, começou a abrir a operação a terceiros, embora em pequena escala. É uma empresa nova e de porte e capital reduzido. Como forma de mitigar este risco, terá seu capital aumentado em R\$ 3 milhões, até a data da primeira integralização de cotas, efeito este considerado para efeito da nota de rating concedida ao Fundo.

**1.2. Originadoras:** durante o início de atividades do Fundo as originadoras serão empresas do setor de tabaco e uma empresa do mercado de adoçantes naturais, ligadas societária e/ou comercialmente ao Grupo Multi. Posteriormente poderão ser adquiridos créditos de terceiros.

**1.3. Sacados:** são os devedores dos créditos objeto de cessão ao Fundo. Serão preponderantemente empresas pertencentes à cadeia comercial do Grupo Multi, em especial os distribuidores de seus produtos. Em uma segunda fase este universo poderá ser ampliado para empresas fora do Grupo.

**1.4. Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.:** é a Administradora do FIDC. A empresa surgiu de uma *joint venture* entre o Mellon Bank Corporation (EUA) e o Grupo Brascan Brasil, constituída especificamente para a gestão e administração de fundos de investimento no Brasil. Atualmente constitui-se no maior administrador de fundos de gestores independentes do País, com larga atuação no mercado de Fundos de Direitos Creditórios.

Além das atribuições dispostas na legislação, cabe à Administradora informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Cotistas a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante; a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; o desenquadramento da razão de garantia e a celebração de aditamentos a qualquer contrato relacionado ao Fundo que tenha sido analisado quando da emissão da classificação de risco.

**1.5. Mercatto Gestão de Recursos Ltda.:** foi fundada em 1998, por um grupo de executivos oriundos principalmente do Banco Icatu. Atua de forma independente de grupos financeiros, concentrando suas atividades na gestão (ativa) de investimentos. Em nov.06 possuía cerca de R\$ 900 milhões de recursos administrados, tomando-se por base o Ranking de Gestão de Fundos de Investimento elaborado pela ANBID. De acordo com informações do site da instituição, este volume superava R\$ 1,3 bilhão (fundos não registrados e carteiras administradas).

A Mercatto terá como atividade principal a gestão da carteira do Fundo, através do cumprimento da política de investimento, composição e diversificação da carteira. Entre outras funções, efetuará o *hedge* dos ativos - mitigando os riscos de mercado - bem como a gestão de liquidez. Vale ressaltar importante variável para a segurança do cotista, comum à Administradora: tem o direito de provocar um Evento de Avaliação, caso entenda que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua André Bello, 167, 4º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2528  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

**1.6. Banco Bradesco S.A.:** fundado em 1943, é o maior banco privado brasileiro. É a instituição contratada para exercer as atividades de custódia e controladoria. É responsável pela liquidação física e financeira dos ativos, aí incluída a verificação e validação dos direitos creditórios. Responde, também, pela guarda de ativos, bem como pela administração e informação de proventos associados a esses ativos. Os serviços de controladoria consistem na atividade diária de supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial, controle do ativo e do passivo, escrituração das cotas, fiscalização, *compliance*, e controle legal da adequação dos investimentos e aplicação dos recursos aos limites legais e regulamentares.

Tendo em vista características específicas do setor de atuação das principais originadoras e contando com a anuência da Administradora, o Bradesco contratou a Cedente para realizar a guarda física dos documentos comprobatórios dos direitos de crédito, na qualidade de fiel depositário, sem prejuízo de suas responsabilidades. Esta, por sua vez, transferiu a guarda dos documentos mediante a contratação das respectivas empresas originadoras, resguardadas todas as exigências e livre acesso pelo Custodiante e Administradora.

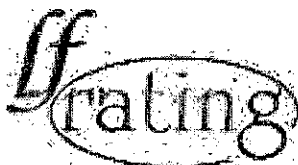
Adicionalmente, o Banco presta os serviços de recebimento, conciliação e transferência de valores.

**1.7. KPMG Auditores Independentes:** a KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Maina Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. Nos últimos três séculos, o histórico da organização foi marcado pelos nomes de seus principais membros-fundadores, cujas iniciais formam a sigla KPMG. No Brasil, a KPMG foi formada em 1º de julho de 1987. Está presente em onze cidades do País e conta com mais de 1.200 funcionários.

**1.8 MHMK Sociedade de Advogados:** a empresa foi constituída em 2004. Conta com quatro sócios e onze profissionais e atua em diversas áreas do direito, particularmente aquelas ligadas ao mercado financeiro e de capitais.

**1.9. LFRating:** agência classificadora de risco do Fundo. A LFRating® foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos, baseando seus trabalhos em três princípios fundamentais: independência entre o processo e o objeto de classificação; transparência dos fundamentos da classificação e capacidade técnica e ética irrepreensível de todos os envolvidos na classificação.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua André Bessa, 110, 1º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2326  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

### **2. Características**

O FIDC Multi - Recebíveis Comerciais, de Serviços e Industriais é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 60 meses. Contudo, a 1ª Série de cotas seniores terá prazo de 48 meses, com 12 de carência e 36 amortizações mensais.

#### **Cotas**

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de cotas seniores, desde que (a) nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor, (b) a emissão de nova série não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries em circulação e (c) a Razão de Garantia (a seguir) seja mantida. Após a emissão da 1ª Série, por distribuição pública, o patrimônio sênior mínimo do FIDC será de R\$ 10 milhões e máximo de R\$ 30 milhões, formado por 40 a 120 cotas seniores, respectivamente, com preço da primeira data de emissão de R\$ 250 mil, cada uma. As cotas seniores são calculadas diariamente e a cada uma corresponde um voto em Assembleia, com aprovação por maioria. Cada nova emissão de séries de cotas seniores deverá ser precedida pelo Suplemento da respectiva série, contendo todas as informações a ela relativas. As da 1ª Série terão como meta de rentabilidade 115% da taxa DI e serão registradas para negociação no BOVESPAFIX e na CETIP.

As cotas subordinadas terão valor unitário inicial de R\$ 10 mil e cálculo diário. Serão subscritas privadamente pela Cedente, respeitando-se a razão de garantia de 125% entre a relação patrimônio líquido x cotas seniores, nos 12 primeiros meses, e de 133% a partir do 13º. Aos cotistas subordinados é assegurado, por maioria, o direito de veto nas alterações das características de qualquer classe de cotas seniores, cobranças de taxas e encargos não previstos no Regulamento, aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo e substituição da Administradora, do Custodiante, do Gestor, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

#### **Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados diariamente, avaliando-se os Ativos Financeiros com base nos critérios de marcação a mercado adotados pela Administradora e os direitos creditórios com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o vencimento.

#### **Taxa de Administração**

Não há taxa de entrada, de saída e de performance e a taxa de administração é de 1% a.a., já incluída a remuneração da Gestora.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto, 1618 parte  
Rio de Janeiro - RJ  
Tela: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2228  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

### **Reserva de Liquidez**

Com a finalidade de viabilizar os pagamentos do Fundo, será constituída uma Reserva de Liquidez, de tal forma que no 60º dia anterior à amortização ou ao resgate esteja disponível 50% do valor futuro estimado do respectivo evento e ao final do 30º dia 100%. Os recursos deverão ser aplicados em ativos com liquidez diária.

### **Razão de Garantia**

Desde a data da primeira integralização de cotas seniores até o resgate final, a Administradora verificará, todo dia útil, se a relação expressa em percentual entre o patrimônio líquido e o patrimônio senior é igual ou superior a 125%, ou seja, uma subordinação de 20%. Imediatamente, a Administradora e/ou o Gestor deverão interromper qualquer processo de amortização de cotas subordinadas e a aquisição de direitos de crédito, se esta razão não estiver sendo respeitada.

Caso esta razão não se verifique por cinco dias consecutivos, a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência aos titulares de cotas subordinadas para realizarem aporte adicional de recursos. Estes deverão notificar a Administradora, no prazo máximo de um dia, de sua intenção em subscrever cotas subordinadas, no prazo máximo de cinco dias. Caso não haja o aporte, é disparado um Evento de Avaliação.

A partir do início do 13º mês, caso a Razão de Garantia seja superior a 133%, a Administradora poderá realizar amortização parcial das cotas subordinadas, após a verificação de determinadas condições, entre elas a periodicidade semestral, respeitada a vedação nos cinco meses que antecederem o resgate da última série de cotas seniores em circulação.

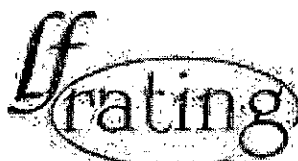
Tendo em vista o elevado excesso de *spread* do Fundo, decorrente do diferencial entre o preço de cessão e o percentual de correção das cotas seniores, a Razão de Garantia será crescente ao longo do período, retornando ao patamar de 133%, a partir do 13º mês, sempre que houver amortização de subordinadas.

### **3. O Grupo Multi Participações Ltda.**

Das empresas que participam da operação, o Grupo Multi é formado pelas empresas na área de tabaco (Cibahia Tabacos Especiais Ltda. e, indiretamente, Menendez Amerindo & Cia. Ltda.), por uma empresa que atua na área de adoçantes naturais (Steviafarma Industrial S.A.) e pela Múltiplo Fomento Mercantil Ltda., que será a única cedente do Fundo. Adicionalmente, desenvolve intensa relação comercial, há vários anos, com a Alfredo Fantini Indústria e Comércio Ltda. (a seguir).

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*





Rua Aracati, 116, 1º andar, 20531-000  
Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2326  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

A estrutura de controle do Grupo apresenta a seguinte configuração:

- MultiParticipações Ltda.: os irmãos José Henrique e Francisco Norberto Nunes Barreto possuem 50% das cotas, cada um.
- Cibahia Tabacos Especiais Ltda.: os irmãos José Henrique e Francisco Norberto Nunes Barreto possuem 50% das cotas, cada um.
- Múltiplo Fomento Mercantil Ltda.: Multiparticipações detêm 85% das cotas e Sérgio Paulo Vilas Boas Sousa os 15% restantes.

De acordo com as demonstrações financeiras (não auditadas) relativas ao exercício encerrado em dez.05, destacam-se as principais rubricas (R\$ mil):

Rubricas / Empresas	MultiPart.	Cibahia	Menendez	Steviafarma	Fantini (*)
Estoques	na	11.000 (a)	3.542	2.027	16.855
Mútuos	10.914	2.194	na	na	na
Investimentos	2.015	5.895	0	383	2.535
Imobilizado	290	16.082	5.693	3.002	2.226
Ativo/Passivo Total	16.694	50.427	18.886	13.325	118.164
Fornecedores	269	10.909	312	574	15.190
Adiant/Financ/Parc Imp.	11.687	28.821	9.181	15.967	219.477
Capital Social	20	1.800	854	8.000	700
Reserva de Reavaliação	na	5.600	456	1.871	50
Patrimônio Líquido	(790)	4.044	1.204	(5.917)	(126.853)
Receita Op. Bruta	1.389	26.301	9.153	7.022	143.614
Resultado Líquido	(303)	(4.952)	(102)	(1.747)	(24.685)

(\*) Embora não exista vínculo societário, incluímos os dados da Fantini por ser esta a principal originadora do FIDC  
(a) valores aproximados

Como pode-se depreender da tabela acima, os principais dados das demonstrações financeiras denotam uma situação patrimonial muito apertada e integral financiamento das atividades com recursos de terceiros, resultando em elevados resultados negativos.

A captação de recursos através do FIDC permitirá a redução do atual custo e a alavancagem das operações.

#### 4. Considerações sobre a originação dos recebíveis

A principal originadora dos direitos creditórios para o Fundo será a Alfredo Fantini Indústria e Comércio Ltda., através de seus distribuidores (os sacados). Embora seja uma empresa tradicional (fundada em 1903), apresenta complicada situação financeira, que vem se deteriorando a cada

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2



Rua Ataulfo Faria, 100 - 10º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2826  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

ano. Neste contexto e como forma de contornar suas dificuldades, possui três contratos com a Cibahia (fundada em 1993) que têm lhe garantido a operação:

- Contrato de Locação de Máquinas e Equipamentos: firmado originalmente em 01.dez.01, renovado em 01.dez.04 e com vencimento em 30.nov.07 (foi encaminhada a esta Agência minuta estabelecendo novo prazo de vencimento para 01.jan. 2012). Consiste no aluguel de máquinas e equipamentos de propriedade da Cibahia à Fantini, com garantia real de bens. Atualmente, 100% da produção da Fantini se dá através dessas máquinas e equipamentos. Após a assinatura já ocorreram dois aditamentos ao contrato original incluindo novas máquinas, bem como um terceiro em que a Fantini adiantou recursos à Cibahia, que vêm sendo pagos mensalmente, dentro de sua política de adquirir máquinas e equipamentos na forma de aluguel e não de aquisição direta;
- Contrato de Licença de Marcas: firmado originalmente em 02.jan.98, renovado em 02.mai.02 e com término em 31.mar.07 (foi encaminhada a esta Agência minuta estabelecendo novo prazo de vencimento para 01.jan. 2012). Constitui na permissão onerosa do uso de marcas da Cibahia pela Fantini para, com exclusividade, fabricar e oferecer à venda, dentro do território nacional e no exterior, cigarros com o uso das referidas marcas. Essas marcas representam 98% do faturamento da Fantini, que paga mensalmente, a título de *royalties*, um percentual sobre o faturamento resultante da comercialização dos produtos vinculados a essas marcas;
- Contrato de Prestação de Serviços: firmado em 02.jan.06 e com vigência até 02.01.10, podendo ser renovado por igual período (foi encaminhada a esta Agência minuta estabelecendo novo prazo de vencimento para 01. jan.2012). Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de beneficiamento e processamento de fumo "in natura" pela Cibahia à Fantini, representando em torno de 30% das vendas da primeira.

A avaliação dos dirigentes da Cibahia é que um eventual colapso da Fantini, que venha a implicar em paralisação da produção, será contornado através da transferência das referidas máquinas e equipamentos (não são de grande porte) para o seu parque fabril, assumindo integralmente as operações que hoje são "terceirizadas". Este prazo é estimado em torno de 20 dias, que seriam cobertos pelos estoques próprios e direcionamento temporário da produção atual da Cibahia exclusivamente para produtos hoje processados na Fantini.

Vale ressaltar, que o regulamento do Fundo estipula a ocorrência de um Evento de Avaliação caso ocorra a impossibilidade de aquisição de direitos creditórios que acarrete a sua redução, por período superior a 30 dias corridos, para níveis inferiores a 80%, 70% ou 60% do patrimônio líquido, de acordo com o prazo decorrido da primeira integralização. Considerando-se que o prazo médio dos direitos creditórios é de 19 dias, com base em avaliação da carteira realizada pela KPMG para os últimos 36 meses encerrados em jun.06 (será ampliado com o fim das antecipações

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua André Lúcio, 119, 55/8 parte  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2328  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

de clientes), e tendo em vista os estoques e o direcionamento da produção da Cibahia já comentados, conclui-se que o prazo de remontagem de uma nova estrutura será fundamental para que as operações de aquisição pelo Fundo não sejam comprometidas a ponto do Evento de Avaliação ser disparado, sendo a rentabilidade das cotas seniores temporariamente complementada com recursos das cotas subordinadas.

Destacamos, ainda, os seguintes pontos relevantes produzidos pelo referido estudo relacionados ao perfil da carteira de recebíveis, incluindo o entendimento do sistema de cobrança relacionado com a emissão e cobrança de faturas:

→ Faturamento líquido sujeito à securitização: R\$ 569 milhões, fortemente concentrado na Fantini (95,8%), Menendez (3,6%) e Cibahia (0,7%). Após os ajustes de adiantamentos e acordos aquele número foi reduzido para R\$ 390 milhões.

→ Produção mensal: até jun.06, mínima de R\$ 10 milhões e máxima de R\$ 13 milhões.

→ Distribuição do faturamento por faixa de valor das duplicatas (média dos 36 meses): 3,2% até 5 dias; 4,0% de 5 a 10 dias; 16,7% de 11 a 30 dias; 19,5% de 31 a 50 dias; 20,5% de 50 a 100 dias; 33,1% de 101 a 300 dias e 3,0% de 300 a 500 dias.

→ Concentração do faturamento: maior cliente = 12,2%; 10 maiores = 51,3%; 20 maiores = 69,7%; 30 maiores = 79,2% e 50 maiores = 89,2%.

→ Prazo médio ponderado das duplicatas: 19 dias. Destaque-se que este número está fortemente influenciado pelo recebimento de 1/4 do faturamento antecipadamente. Encontra-se em curso processo de renegociação com os clientes que antecipavam pagamentos, com a expectativa de que a partir da entrada dos recursos provenientes do FIDC essas alterações se consolidarão, com provável ampliação do prazo médio para algo em torno de 30 dias.

→ Indicadores de desempenho: a política comercial do Grupo contemplava um método de vencimentos prorrogados; ou seja, os boletos eram emitidos com vencimento curto (ou à vista) e aos melhores clientes era concedida uma prorrogação de "n" dias. As datas de pagamento utilizadas para fins de mensuração da pontualidade de pagamentos correspondem às datas de vencimento prorrogadas, na medida em que a base de dados disponibilizada não retém as informações sobre a data original de vencimento. Como o FIDC não admite esta prática, nos últimos meses a Cedente já está colocando no boleto o prazo final de pagamento, tornando esses números mais visíveis. Existe uma outra questão envolvendo a política comercial: no caso de falência de algum distribuidor (aconteceram três casos no período), sua dívida é assumida e posteriormente refinanciada pelo novo distribuidor contratado.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua André Bello, 119, 56/8 parte  
Ribeirão Preto - RJ  
Fone: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2328  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

Embora estes fatos dificultem a avaliação da política comercial e performance da carteira, os números apresentados indicam baixíssima inadimplência (parcelas vencidas até 30 dias = 0,1%; de 40 a 60 dias = 0,0%; de 61 a 90 dias = 0,1% de 91 a 180 dias = 0,0% e acima de 180 dias = 0,8%). Este é um ponto muito positivo para a estrutura de crédito do Fundo, embora não represente garantia futura. Isto porque a operação poderá ser estendida a outros setores, não necessariamente com a mesma característica de adimplência.

→ O departamento administrativo/comercial da MultiParticipações é responsável pela aprovação e concessão de crédito, bem como pela definição das estratégias de cobrança de créditos inadimplentes (ação comercial para sanar o problema; prorrogação do vencimento; refinanciamento da dívida e encerramento do relacionamento). A iniciativa de comercializar com determinado distribuidor está ligada a decisões estratégicas e envolve análise cadastral, avaliação de documentação solicitada pelo jurídico, consulta ao SINTEGRA (impostos), SERASA e situação cadastral no site da Receita Federal, em determinados casos. A concessão de crédito e prazos de liquidação a distribuidores ocorre de maneira gradual (inicialmente à vista com os prazos sendo alongados ao longo do tempo). Completando este ciclo, os distribuidores são acompanhados de perto por 12 coordenadores/gerentes espalhados pelo Brasil, com o objetivo de monitorar de perto a evolução de suas atividades.

→ Avaliação do ambiente de tecnologia: o Grupo Multi utiliza um equipamento servidor para armazenamento das informações e o *software* Microsiga. São relevantes, ainda, os servidores das empresas Fantini, Menendez e Cibahia, suportados pelo mesmo sistema para gestão e controles informatizados. Foram realizados testes de controle sobre o ambiente de tecnologia, verificando-se determinados itens divergentes às melhores práticas adotadas, no que diz respeito ao ambiente onde o equipamento está instalado, parâmetros de senha para o sistema Microsiga, armazenamento das mídias de *back up* e plano de contingência.

Concluindo, esta Agência entende que, embora o processo de originação de recebíveis possa transcorrer dentro de um clima de normalidade ao longo da vida do Fundo, existem várias condicionantes que podem conturbar esta evolução, levando à interrupção do fluxo de recebíveis e, conseqüentemente, a um respectivo Evento de Avaliação. Ressalte-se, contudo, que o risco exposto ao longo deste tópico, no que diz respeito ao Fundo, é de originação e não de crédito.

### **5. A Operação**

A operação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multi Infra apresenta a seguinte configuração: de um lado, investidores doadores dos recursos que aceitam correr os riscos de crédito e demais riscos do FIDC, com expectativa de retorno igual a 115% do DI; de outro, uma empresa de fomento disposta a alavancar sua operação e que cederá direitos creditórios originados a partir da relação comercial das empresas originadoras com seus respectivos clientes.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua André Florio, N.º 3678 parte  
R55 de Jandara - RJ  
Fone: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2228  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

Servindo de veículo e unindo essas duas pontas o FIDC Multi, que capta os recursos junto aos investidores e compra os respectivos créditos, com base em restritivos Critérios de Elegibilidade, declarações em que a Cedente se compromete a procedimentos que aumentam as garantias e um rígido Contrato de Cessão.

### **Direitos Creditórios Objeto de Aquisição**

O Fundo adquirirá direitos de crédito dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços - duplicatas, cheques ou notas promissórias -, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta.

A Cedente, por sua vez, responde tão somente pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos créditos, ficando isenta de responsabilidade quanto à solvência dos mesmos.

### **Contrato de Cessão de Crédito**

As relações entre a Cedente e o Cessionário (Fundo) são reguladas por um bem estruturado Contrato de Cessão, que resguarda os direitos do FIDC e estabelece as condições gerais aplicáveis a todas as operações. As cessões de direitos creditórios, por sua vez, são formalizadas através de Termo de Cessão, anexo a este Contrato.

Vale destacar algumas das principais características:

- O Fundo adquirirá direitos creditórios da Cedente, observada a discricionariedade do Gestor e da Administradora; ou seja, possuem poder de veto.
- O preço de aquisição corresponderá a CDI + 18% a.a., enquanto que o passivo será corrigido em torno de CDI + 2% a.a. (ao nível atual do CDI). Este expressivo excesso de *spread* reforça a estrutura de colateralização, contribuindo para absorção de eventuais perdas.
- O Contrato de Cessão é protegido por Eventos de Avaliação e de Resilição que resguardam o interesse do Fundo.
- Através do Contrato a Cedente outorga uma "Opção de Troca", onde se compromete a trocar qualquer direito de crédito não pago no prazo de 60 dias e caso seja deferido pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de falência do devedor.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Antônio Vitor, Niterói, 55/8ª andar  
Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2528  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

→ Além da “Opção de Troca”, a Cedente outorga ao Cessionário uma “Opção de Venda”, a qual poderá ser exercida pelo Cessionário em relação a todos os créditos cuja obrigação de pagar no momento do exercício da Opção de Venda ainda não tenha sido totalmente adimplida pelos devedores, caso a Cedente descumpra qualquer das cláusulas do Contrato e não sane tal descumprimento no prazo máximo de dois dias.

### **Crítérios de Elegibilidade**

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- Valor máximo dos títulos de R\$ 400 mil e mínimo de R\$ 750.
- Prazo máximo de 12 meses e mínimo de 10 dias, contados da data de aquisição pelo FIDC.
- Prazo de vencimento dos direitos creditórios não poderá ser superior à data de resgate da última série de cotas seniores em circulação.
- Sacados não poderão estar inscritos no SERASA.
- No momento da cessão a carteira deverá permanecer enquadrada nos limites de concentração e diversificação.
- Sacados não poderão estar em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante o Fundo.

Adicionalmente a esses Critérios de Elegibilidade, a Cedente declara e garante, em favor do Fundo, que os direitos de crédito ofertados atenderão, na data da cessão, às seguintes condições:

- Devem ser oriundos de operações industriais, comerciais e de prestação de serviços.
- Os sacados não poderão estar em atraso superior a cinco dias úteis no cumprimento de qualquer obrigação perante a Cedente.
- Os sacados não poderão estar inscritos em serviço de proteção ao crédito - SPC, SERASA e CCF.
- Direitos creditórios com prazo superior a 90 dias devem ter parcelas periódicas e consecutivas.
- Os sacados não poderão ser parte em processo falimentar, de recuperação judicial e/ou qualquer outro processo de recuperação financeira.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Claudio Viana, 100, 1º andar, 24.010-000  
Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2926  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

→ Não será realizada nenhuma cessão que faça com que o prazo médio de vencimento da carteira dos direitos creditórios supere 70 dias.

### **Política de Concessão de Crédito**

A política de concessão de crédito do Grupo Multi segue os seguintes critérios em relação aos clientes:

- Ser uma empresa constituída e em operação por no mínimo três anos.
- Não ter o nome incluso no Cadastro de Emissores de Cheques sem Fundos - CCF do BACEN e sua inscrição no CNPJ/MF estar em situação regular.
- Não possuir registro no cadastro da SERASA.
- Apresentar boa performance de pagamentos junto às instituições financeiras e fornecedores, mediante consulta à Central de Risco de Crédito administrada pelo BACEN.
- Seus sócios devem estar com situação cadastral sem restrições graves e patrimônio compatível ao volume de operações realizadas, quando garantidores das mesmas.
- Em caso de haver garantias na operação que dá lastro aos direitos de crédito, estas devem apresentar vida útil adequada ao prazo da operação.
- Deve ser efetuada a formalização de cadastro completo, mediante apresentação de cópias autenticadas dos documentos requisitados pela Cedente e de cópias simples dos três últimos balanços.

### **Política de Cobrança**

O Fundo e a Cedente adotarão os seguintes procedimentos principais de cobrança dos direitos creditórios:

- Em até três dias da assinatura do Termo de Cessão, o Custodiante enviará aos devedores o boleto bancário de cobrança, com identificação completa da Cedente e da Originadora.
- A Cedente providenciará a notificação da cessão aos respectivos devedores, a qual poderá, adicionalmente, estar inscrita no próprio boleto.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e correção, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Almeida Prado, 140, 15º andar  
Bd. do Lago - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2228  
email: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

- Após 10 dias da cessão a Cedente confirmará junto aos devedores o recebimento do boleto (contato telefônico e carta simples, podendo ser enviada carta solicitando confirmação, por escrito, acerca de existência e legitimidade do direito de crédito).
- Em até um dia antes do vencimento, a Cedente entrará em contato por telefone com o devedor que não confirmar o recebimento dos boletos de cobrança, a fim de providenciar a emissão de segunda via.
- Após dois dias do vencimento, a Cedente entrará em contato com o devedor para dar ciência do vencimento e da necessidade de liquidação em até três dias.
- Caso o crédito não seja liquidado no prazo concedido, o título será levado a protesto.
- Caso o protesto não seja sustado tempestivamente pelo devedor, a Cedente entrará em contato para iniciar a renegociação para liquidação do crédito.
- Caso sejam constatadas quaisquer divergências durante o processo de acompanhamento, a critério da Cedente poderá ser concedida prorrogação (uma única vez e limitada a 30 dias), desconto ou parcelamento dos valores, ou outras alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial.
- Não havendo acordo ou negociação, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial, por empresa de cobrança independente.

### **6. Política de Investimento**

O objetivo do Fundo é investir em direitos creditórios dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços. Durante o primeiro ano, a partir da data da primeira integralização de cotas, deverá alocar no mínimo 80% do seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios. Este limite poderá ser então reduzido para 70%, por novo período de doze meses, caindo para 60% a partir daquela data. A parcela que não estiver aplicada em direitos creditórios será necessariamente alocada, até o limite máximo de 40%, em moeda corrente nacional, em Letras Financeiras do Tesouro, títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, desde que pós-fixados, indexados à taxa SELIC, e operações compromissadas lastreadas nos mesmos títulos.

Adicionalmente, o Regulamento estabelece a obrigatoriedade de operações de proteção de posições à vista, exclusivamente na BM&F, na modalidade "com garantia".

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*





Rua Amália Vieira, 86/8 parir  
Ribeirão Preto - RJ  
Fone: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2828  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

No que diz respeito aos critérios de concentração e de diversificação, a Administradora e o Gestor deverão observar que até 35% do patrimônio líquido do Fundo poderá ser alocado em direitos creditórios devidos pelos cinco maiores sacados, considerados em conjunto, e que até 15% poderá ser alocado em um único sacado (para ambos os limites é utilizado o conceito de empresas do mesmo Grupo Econômico).

Os percentuais de composição e de diversificação da carteira serão observados diariamente pelo Gestor e a eventual inobservância dos limites por sacado, que não for sanada em cinco dias, dará origem a um Evento de Avaliação.

### 7. Eventos de Avaliação

O Regulamento do FIDC contempla vinte Eventos de Avaliação, dentre os quais destacamos:

- Relacionados à Cedente: alteração ou transferência do controle; processo de renegociação de dívidas, evidência de iminente insolvência e pedido de auto-falência; concessão de qualquer medida judicial que imponha restrição à alienação de ativos de sua titularidade; e descumprimento pela Cedente ou pelas Originadoras de qualquer obrigação regulamentar que não seja um Evento de Avaliação ou de Liquidação, caso não seja sanado em cinco dias úteis ou possa afetar, no entender da Administradora e do Gestor, os cotistas seniores.
- Caso não haja reenquadramento à Razão de Garantia no prazo máximo de cinco dias úteis contados do recebimento da notificação por parte da Administradora.
- Rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de cotas seniores em dois níveis abaixo da original.
- Redução da participação de direitos creditórios para níveis inferiores a 80%, 70% ou 60% do patrimônio líquido, durante o primeiro, o segundo e a partir do terceiro ano, respectivamente, por prazo superior a 30 dias corridos.
- Inobservância dos limites máximos de concentração por sacado, que não seja sanada em até cinco dias úteis.
- Não constituição da Reserva de Liquidez.
- Ocorrência de qualquer evento que, no entendimento da Administradora ou do Gestor, gere risco potencial aos cotistas seniores.
- O somatório do valor contábil dos direitos creditórios vencidos e não pagos, por prazo superior a 90 dias, representar, a qualquer momento, 5% ou mais do patrimônio líquido.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2



Rua André Paris, 169, 16/8 parte  
Rio de Janeiro - RJ  
Tels: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2228  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

- O somatório dos pagamentos de direitos creditórios feitos diretamente pelos Sacados à Cedente seja superior a 3% da totalidade dos direitos creditórios que tenham vencido nos 30 dias imediatamente anteriores.
- Caso a taxa DI seja maior ou igual a 130% da taxa DI do dia útil imediatamente anterior.
- Descumprimento, pelo Fundo, dos limites de alocação mínima do patrimônio líquido em direitos creditórios (80%, 70% e 60% durante o primeiro, segundo e a partir do terceiro ano, respectivamente).
- Caso não seja observado o prazo médio ponderado da carteira em, no máximo, 70 dias, em três apurações mensais consecutivas.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente a aquisição de direitos creditórios e convocará Assembleia Geral, que será instalada e deliberará, mesmo que o Evento seja sanado antes da sua realização. Na Assembleia será avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo, podendo ser deliberado pela não liquidação ou pela sua transformação em Evento de Liquidação, estipulando os respectivos procedimentos.

### **8. Eventos de Liquidação**

Dos nove Eventos de Liquidação previstos no Regulamento, destacamos:

- Caso a Cedente, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas ou coligadas, ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em regime de administração especial, ou sofrer processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou falimentar, ou perca sua condição de empresa de fomento mercantil.
- Ocorrência de eventos que afetem substancialmente a originação e/ou a cessão dos direitos creditórios, comprometendo o nível mínimo de 50% do PL.
- Não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas.
- Verificação, por parte da Administradora ou do Gestor, da inviabilidade de continuidade do Fundo.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Interromperá imediatamente a aquisição de direitos creditórios, qualquer procedimento de amortização ou resgate de cotas subordinadas e

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Anísio de Faria, 100 - 1º andar  
RJ 21-220-2152  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2828  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joelk@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

convocará imediatamente Assembleia Geral. Os cotistas seniores deliberam sobre procedimentos com vistas a resguardar os seus direitos, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada, o resgate de cotas seniores detidas pelos cotistas dissidentes. Na hipótese de liquidação e de insuficiência de recursos para o pagamento integral das cotas seniores, a Administradora poderá convocar Assembleia onde será analisada a possibilidade de resgate em direitos creditórios.

### **9. Avaliação Jurídica sobre a Estrutura da Operação**

Sob o aspecto jurídico, a operação foi montada de modo a segregar os riscos associados à estrutura em caso de falência ou liquidação do Cedente. Foram também considerados os riscos relacionados às empresas originadoras e à aquisição pelo Cedente dos direitos creditórios que serão cedidos ao Fundo.

De acordo com parecer preparado pela MHMK Sociedade de Advogados, após inúmeras considerações e fundamentos na legislação, entendem os advogados que: (i) as cessões de direitos creditórios efetivadas ao Fundo, nos termos da minuta do Contrato de Cessão, em caso de falência do Cedente ou dos Originadores, devem ser consideradas válidas e eficazes; e (ii) os recursos cedidos ao Fundo não pertencerão ao patrimônio do Cedente ou dos Originadores após a cessão e, portanto, não devem ser afetados em caso de falência ou liquidação dessas empresas. Não obstante, pelos motivos apontados no referido parecer (*riscos relacionados à decretação de "fraude contra credores" e "fraude contra a execução"*) os advogados entendem não ser possível descartar totalmente o risco de questionamento judicial da validade da cessão nos casos especiais destacados, restando, ainda assim, intacta a estrutura do Fundo.

## **V. PRINCIPAIS RISCOS**

### **1. Risco de Originação**

Durante longo período a predominância dos direitos creditórios será originada a partir de operações comerciais envolvendo as empresas de tabaco do Grupo Multi (incluindo a relação não societária com a Fantini). Em função dos aspectos financeiros, já mencionados, existe a possibilidade de que este processo seja interrompido ao longo da vida útil do Fundo, provocando um Evento de Avaliação e/ou de Liquidação.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araceli Porto, 16/1ª andar  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2828  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

### **2. Risco da Cedente**

A Fomento foi constituída em jun.05 e iniciou suas atividades operacionais há pouco mais de seis meses, em reduzida escala. Possui capital social de apenas R\$ 20 mil, que está sendo aumentado em R\$ 3 milhões, como forma de dar suporte à operação que se avizinha com a entrada de recursos do FIDC. Mesmo que este fato dê algum conforto, há que se considerar, adicionalmente, que é uma empresa nova, cuja operação/sistemas ainda não foram testados a um novo e substancialmente maior patamar de negócios.

Há que se considerar, também, que o Custodiante delega à Cedente, com anuência da Administradora, a responsabilidade legal pela guarda dos documentos comprobatórios dos direitos de crédito cedidos ao Fundo e que esta guarda é transferida para as empresas originadoras. Embora este risco seja parcialmente mitigado pelas auditorias periódicas que o Custodiante realizará, elas acontecerão após a cessão, ou seja, a carteira do Fundo poderá conter direitos creditórios cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades. Ademais, embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos documentos, sua guarda por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida e correta origem e formalização dos direitos de crédito e de realizar a cobrança judicial ou extrajudicial, dos títulos vencidos e não pagos.

Cabe, ainda, a ressalva de que existe a possibilidade de que pagamentos sejam feitos diretamente pelos sacados à Cedente, cuja obrigação é repassar imediatamente os valores para a conta do Fundo. Para reduzir este risco foi estabelecido um Evento de Avaliação, já comentado.

### **3. Risco de Liquidação Antecipada do Fundo**

Os itens 1 e 2 anteriores, além de outros explicitados nos Eventos de Avaliação e de Liquidação, podem determinar a liquidação antecipada do Fundo, ocorrendo o resgate das cotas em data anterior à prevista, ante à impossibilidade de se encontrar ativos que remunerem nas bases pactuadas e ao patamar de risco originalmente estabelecidos. Desta forma, os cotistas teriam o seu horizonte original de investimento reduzido, podendo haver frustração de suas expectativas. Esta situação é ainda mais relevante se considerarmos as expectativas de continuidade do processo de queda das taxas de juros "vis-à-vis" o posicionamento dos investidores qualificados no sentido de buscar alternativas de prazo mais longo a taxas ainda atrativas.

Adicionalmente, existe a possibilidade do resgate ser feito mediante a entrega de direitos creditórios. Nessas situações, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vendê-los ou cobrar os valores devidos pelos respectivos devedores.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto, 1678 parte  
R33 de Lapa - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2326  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

### **4. Risco de Crédito**

A única fonte de recursos do Fundo para pagamento aos cotistas das amortizações e/ou resgate das cotas é o pagamento do valor dos direitos creditórios pelos sacados e dos ativos financeiros pelas respectivas contrapartes. Desta forma, após esgotados os meios cabíveis para cobrança, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos. Estes riscos são mitigados pela subordinação mínima de 20%, bem como pela aplicação em ativos financeiros exclusivamente risco governo.

### **5. Risco de Concentração**

A Política de Investimento permite que até 35% do patrimônio líquido do Fundo seja alocado em direitos creditórios devidos pelos cinco maiores sacados em conjunto e que até 15% possa ser alocado em um único sacado. Apesar do histórico de inadimplência ser muito baixo, o risco de concentração é elevado, sendo, entretanto, mitigado, pela subordinação mínima de 20%.

### **6. Risco de Liquidez**

A inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação dos direitos creditórios condiciona a sua realização ao efetivo pagamento pelos devedores.

Da mesma forma e em função de sua condição de condomínio fechado, o possível mecanismo de saída representado pela negociação das cotas no mercado secundário é limitado, tendo em vista a baixa liquidez que se verifica nos mercados onde suas cotas serão negociadas.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto, 1619 parte  
855-4 Juazeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-3328  
e-mail: info@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma *due diligence* com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo como base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

### **VI. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS DO AVALIADOR - LFRating®**

A LFRating® foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos. É formada por profissionais de elevada experiência em avaliação corporativa e operações estruturadas, que uniram seus conhecimentos para prover o mercado brasileiro de serviços de análise de risco de todas as modalidades, baseados em três princípios fundamentais.

- Independência entre o processo e o objeto de classificação;
- Transparência dos fundamentos da classificação; e
- Capacidade técnica e ética irreprovável de todos os envolvidos na classificação.

A LFRating® produz ratings de emissões de instituições nacionais, utilizando-se da *expertise* de seus analistas e de uma cultura formada ao longo de 29 anos em trabalhos de análises e avaliações de empresas, bancos e operações estruturadas para os mais diversos propósitos.

Um rating emitido pela LFRating® é o resultado de uma criteriosa análise que envolve:

- uma definição precisa dos riscos envolvidos no objeto avaliado;
- a análise detalhada de uma extensa gama de informações estruturais, estratégicas e econômico-financeiras;
- um pormenorizado trabalho de *due diligence*, incluindo abrangente entrevista com os dirigentes e responsáveis pela emissão e pela administração das garantias; e
- um capacitado comitê de avaliação que definirá o rating adequado para expressar o entendimento da LFRating® sobre o risco de crédito do avaliado.

A equipe de análise é especializada e formada por:

Aloisio Villeth Lemos (empresas e bancos)  
Flávia Roldan Bloomfield Gama (empresas e títulos)  
Joel Sant'Ana Junior (bancos, fundos e cooperativas)  
Luiz Alberto Pereira de Mattos (títulos, fundos, empresas)  
Marcos Carneiro da Cunha (empresas e bancos)  
Paulo Roberto de Moraes Frazão (empresas e títulos)  
Pérsio Nogueira (bancos)  
Rubem Crusius (empresas e título)  
Rodrigo Pires (empresas e título)

Dos componentes do Comitê de Rating, presidido por Joel Sant'Ana Junior, participam, pelo menos, dois analistas envolvidos na avaliação em questão.

A escala utilizada para classificação de emissões é baseada em nossa experiência e ajustada ao longo do tempo por fatos concretos que alterem a legislação e a estrutura econômica.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Anália Costa, 16, 1º andar  
Bairro Jardim - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2328  
e-mail: nfr@lfrating.com

# A-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR**  
**24 DE JANEIRO DE 2007**

**VALIDO ATÉ**  
**26 DE FEVEREIRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING PRELIMINAR DE FUNDOS** **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI** **RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS**

Uma avaliação preliminar de FIDC da LFRating tem prazo de validade de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada duas vezes, por igual período, por solicitação do cliente. A sua elaboração dá-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alterados. O rating definitivo só é concedido após toda a documentação estar concluída, assinada e registrada.

Este Relatório foi elaborado tendo com base principal a versão 18ª do Regulamento de 24.01.07

### **VII. ESCALA DE RATING**

O resultado final de um rating é expresso por uma nota, geralmente representada por uma letra ou um conjunto de letras. A existência deste tipo de análise nos mercados desenvolvidos há mais de um século tornou tradicional expressar estas notas pelas primeiras letras do alfabeto. LFRating utiliza-se desta forma de designar as notas para os ratings que realiza.

LFRating utiliza colocar sinais de (+) e (-) ao lado das notas de AA a C, de forma a permitir um ajuste fino entre as categorias.

Para efeito de classificação legal, LFRating divide sua escala em três grandes grupos:

**NÍVEL SEGURO**, para os ratings de AAA a BBB, com indicação de investimento;

**NÍVEL ACEITÁVEL**, para os ratings de BB a B, com indicação de cautela;

**NÍVEL ALTO RISCO**, para os demais ratings.

Lastro é o conjunto de ativos admitidos no Patrimônio do Fundo acrescido de garantias como o percentual de cotas subordinadas. A qualidade é avaliada principalmente pela capacidade de liquidação associada a estes ativos.

<b>AAA</b>	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é quase nulo. O lastro é de alta qualidade, permitindo elevado grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
<b>AA</b>	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. O lastro é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
<b>A</b>	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é baixo. O lastro é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
<b>BBB</b>	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é baixo. No entanto, a qualidade do lastro é menor que a da faixa anterior, e ainda permite alguma garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
<b>BB</b>	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é possível. A qualidade do lastro pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.
<b>B</b>	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é alto. A qualidade do lastro provavelmente será insuficiente para garantir o pagamento do principal e remuneração esperada.
<b>C</b>	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é muito alto. A qualidade do lastro é insuficiente para garantir o pagamento do principal e remuneração esperada.
<b>D</b>	Nesta faixa estão os fundos em <i>default</i> .

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA**

**(PARA OS FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400/03)**

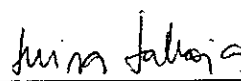
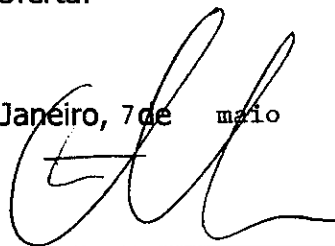


**DECLARAÇÃO**

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTI RECEBÍVEIS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS

("Fundo"), responsável pela distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2007



**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira  
Diretor-Presidente

Luisa Sabola  
Procuradora

ADMINISTRADORA E INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA  
**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
Av. Presidente Wilson, 231 – 11º andar – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: 55 21 3974-4618

ESTRUTURADOR E GESTOR  
**MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**  
Av. São José, nº 40 – 11º andar – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: 55 21 3687-1500

CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR  
**BANCO BRADESCO S.A.**  
Cidade de Deus – Vila Yara – Osasco – SP  
Tel.: 55 11 3684-4522

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO  
**LOPES FILHO & ASSOCIADOS, CONSULTORES DE INVESTIMENTO LTDA.**  
Rua Araújo Porto Alegre, 36 – 8º andar – Rio de Janeiro – RJ

CONSULTORES JURÍDICOS  
**MADRONA, HONG, MAZZUCO E KAWAMURA – SOCIEDADE DE ADVOGADOS**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1461 – 12º andar – São Paulo – SP  
Tel.: 55 11 3094-7810

AUDITORES  
**KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**  
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33 – São Paulo – SP  
Tel.: 55 11 3067-3000